



 **RELATÓRIO FINAL**

# Sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul





## RELATÓRIO FINAL

Projeto Nº 5.181

# **Sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul**

**Tempo de duração:** seis meses (setembro de 2006 a fevereiro de 2007)  
**Entidade de referência:** Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP).  
Praça Pereira Parobé, 130/9º Andar. Porto Alegre. Tel: (51) 3212 6511.  
e-mail: josekonzen@camp.org.br



## **EXPEDIENTE**

### **Equipe Executiva do Projeto**

José Inácio Konzen

Adair Barcelos

Telmo Adams

Anajá Teixeira (estagiária - secretária)

### **GT de Formação do FGEPS (Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária)**

#### **Pelos empreendimentos**

Vera Regina Bortolini

Richard Gomes

Roque Spies

#### **Pelas entidades de apoio**

Márcio Mazón

Helena Bonumá

Terezinha Sallet Ruzzarin

Neusa M. B. Ribeiro

Gilmar Gomes

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Uma visão sintética do projeto realizado</b> .....	9
<b>1. O processo de execução do Projeto</b> .....	11
<b>1.1 Os encaminhamentos iniciais pela entidade executora</b> .....	11
<b>1.2 Planejamento: previsão dos passos/atividades</b> .....	11
<b>1.3 Reunião ampliada com o GT de FGEPs e representantes das regiões</b> .....	12
<b>1.4 Destaques das atividades realizadas pela equipe executiva</b> .....	14
<b>1.5 Compreensão de sistematização, instrumentos e processos trilhados</b> .....	15
<b>2. Os sujeitos e o processo construído: uma reflexão sobre os resultados produzidos</b> .....	19
<b>2.1 Considerações gerais sobre a participação no processo</b> .....	20
2.1.1 A participação nas oficinas 20	
2.1.2 Significados dos níveis de participação nas oficinas e respostas aos instrumentos .....	21
2.1.3 Reações de algumas entidades e empreendimentos ao projeto .....	21
2.1.4 Considerações em torno do roteiro de questões .....	22
<b>2.2 Síntese das oficinas: um diagnóstico da realidade de formação no RS</b> .....	23
2.2.1 As condições operacionais para o desenvolvimento da formação .....	23
2.2.2 Questões relacionadas a metodologias .....	24
2.2.3 Conteúdos da formação .....	27
2.2.4 As motivações para a participação nas atividades de formação .....	29
2.2.5 Formação para o processo organizativo .....	31
2.2.6 Formação para políticas públicas .....	31
2.2.7 Articulação das entidades em torno da formação .....	32
<b>3 Indicativos e proposições para a continuidade</b> .....	33
<b>3.1 Propostas para “aditivo” ao atual projeto e formação</b> .....	36
<b>3.2 Indicativos para uma política de formação</b> .....	37
<b>4 Algumas considerações finais</b> .....	41
<b>Anexos</b> .....	43
<b>Anexo A</b> - Instrumentos – roteiro de questões para as entidades (Ficha A) e empreendimentos (Ficha B) .....	45
<b>Anexo B</b> - Programação das Oficinas Regionais .....	52
<b>Anexo C</b> - Quadro quantitativo das participações nas atividades de Sistematização .....	54
<b>Anexo D</b> - Programação da Oficina Estadual .....	55
<b>Anexo E</b> - Breve caracterização das entidades e empreendimentos que responderam ao Roteiro de Sistematização, por região .....	57
<b>Anexo F</b> - Algumas fotos .....	65



# Apresentação

O presente relatório caracteriza-se pela descrição analítica de caráter qualitativo, de acordo com a metodologia de sistematização desenvolvida. Este documento visa trazer informações completas e detalhadas sobre todo processo realizado, de acordo com os objetivos e metas estabelecidas nas quais se empenhou a equipe executiva.

O Grupo de Trabalho da Formação do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária do RS elaborou o presente projeto, durante 2004 e início de 2005, com a finalidade de sistematizar experiências de formação em economia solidária. Encaminhado à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE – esta decidiu apoiar o pedido de recursos financeiros, no segundo semestre de 2006, deliberação esta, viabilizada mediante convênio assinado com a Fundação Banco do Brasil, instituição mediadora. A entidade executora deste Projeto foi o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, de Porto Alegre.

Além deste relatório com impressão mais restrita, está prevista uma publicação reflexiva com uma quantidade maior de exemplares.

Trazemos aqui primeiramente uma visão sintética do projeto realizado, com detalhamento dos passos da execução, com alguns destaques feitos pela equipe executiva. Segue a segunda parte, com considerações gerais em relação à participação de entidades, empreendimentos e instâncias de organização, especialmente os Fóruns regionais e Estadual de EPS. Optamos por não detalhar sub-relatórios das oficinas regionais e estadual, mas mantivemos a identificação no ponto 2.2 – Síntese das oficinas: um diagnóstico da realidade de formação no Estado. É nesta análise reflexiva que está o resultado substancial das oficinas e das respostas aos instrumentos.

Na reflexão organizamos os principais pontos do diagnóstico como segue: as condições operacionais das entidades; questões relacionadas às metodologias e conteúdos da formação; as motivações para a participação nas atividades desenvolvidas, a formação para o processo organizativo e para as políticas públicas; a articulação das entidades.

Por fim, apresentamos um bloco com proposições tendo presente indicativos que apareceram nos resultados da sistematização, concluindo com sugestões que julgamos pertinentes para integrar a elaboração de uma política de formação para o RS. Seguem ainda algumas reflexões conclusivas que buscam, sobretudo, elucidar pistas para o que é específico, ou característico da formação na economia popular solidária.

Alguns anexos complementarão também a visão geral do trabalho realizado com o Projeto de Sistematização concluído. Destacamos, em especial, o anexo “E” - Breve caracterização das entidades e empreendimentos por região, que dá uma visão geral das entidades e empreendimentos que participaram. Sugerimos este anexo como leitura prioritária visto que nele constam as experiências de formação indicadas como referenciais nesta sistematização.

Queremos agradecer as colaborações de todos/as, especialmente os/as educadores/as de referência das regiões, as instituições apoiadoras - MTE/SENAES e Fundação Banco do Brasil, bem

como as demais entidades e empreendimentos que se empenharam para realizarmos esta empreitada coletiva. Com os pés na contraditória realidade e conscientes dos desafios, mas esperançosos porque acreditamos que depois da noite vem o amanhecer. Por isso dizemos com Thiago de Mello:

*Madrugada camponesa faz escuro ainda no chão, mas é preciso plantar.  
A noite já foi mais noite, a manhã já vai chegar.*

*Não vale mais a canção feita de medo e arremedo para enganar solidão.  
Agora vale a verdade cantada simples e sempre,  
agora vale a alegria que se constrói dia-a-dia feita de canto e de pão.*

*Breve há de ser (sinto no ar) tempo de trigo maduro.  
Vai ser tempo de ceifar.*

*Já se levantam prodígios, chuva azul no milharal,  
estala em flor o feijão, um leite novo minando no meu longe seringal.*

*Já é quase tempo de amor.  
Colho um sol que arde no chão,  
lavro a luz dentro da cana, minha alma no seu pendão.*

*Madrugada camponesa.  
Faz escuro (já nem tanto), vale a pena trabalhar.  
Faz escuro, mas eu canto porque a manhã vai chegar.  
(Do Livro: "Faz escuro, mas eu canto")*

Porto Alegre, maio de 2007.  
Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP



## Uma visão sintética do projeto realizado

### Resultados esperados com o Projeto

- a) Sistematização de experiências e metodologias desenvolvidas nos processos formativos para a economia popular solidária<sup>1</sup> no Rio Grande do Sul.
- b) Identificação dos elementos centrais para uma política de formação para a economia popular solidária no RS.
- c) Indicação de propostas metodológicas para a educação e formação em economia popular solidária no RS.
- d) Início de *formação de uma rede de formadores*, constituindo um grupo que discuta, sistematize e apóie os processos formativos no RS.

### Uma síntese dos resultados alcançados

- a) A identificação de aspectos importantes das experiências de formação em EPS no RS, refletidos em diversos espaços de discussão por representantes de entidades e trabalhadores/as empreendimentos solidários, organizados e divulgados na presente publicação.
- b) A elaboração de indicativos para o debate de proposta metodológica para a educação e formação em Economia Popular Solidária no RS, com uma razoável participação de entidades e empreendimentos, juntamente com as instâncias de articulação da EPS no Estado, especialmente, os fóruns regionais e estadual, grupo de trabalho e equipe executiva da coordenação do FGEPS.
- c) A continuidade do processo com a proposição de um Projeto estadual de formação em elaboração pelo GT de formação, integrando as demais instâncias.
- d) O planejamento, contemplado no novo projeto de formação, da forma de organização e funcionamento de uma rede de educadores/as em EPS, com a finalidade de discutir, sistematizar e propor e apoiar estratégias de formação no Estado.
- e) A divulgação de um relatório detalhado e um documento analítico das experiências e dos indicativos de demandas e diretrizes para uma política de formação para a EPS do RS e contribuição para uma política nacional.

<sup>1</sup> A denominação no Convênio é Economia Solidária, mas, como quem encaminhou, e é o maior interessado neste Projeto, se identifica como Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária, passamos a utilizar a denominação “economia popular solidária – EPS”. A Economia Popular Solidária compõe-se dos empreendimentos cujos participantes integram a “classe-dos-que-vivem-do-trabalho”, ou seja, não vivem da exploração do trabalho alheio e, em geral, são excluídos do mercado de emprego formal e/ou porque resistem a se integrarem na lógica exploradora de assalariamento no mercado de trabalho capitalista. Para além da luta individual pela sobrevivência no “mundo da economia informal”, trabalhadores/as organizam intencionalmente o trabalho de forma participativa e solidária, motivados, em muitos casos, por entidades de apoio.

**Em relação às atividades e metas previstas, foram realizadas:**

- a) As sete oficinas regionais, com uma média de 24 participantes, com elaboração de documento síntese dos resultados de cada encontro registrando as principais reflexões sobre as experiências de formação realizadas pelas entidades locais, nos últimos três anos.
- b) Encaminhamento de roteiros específicos a entidades e empreendimentos para coleta de informações com um retorno de 29 empreendimentos (de 23 municípios) e 20 entidades promotoras de atividades de formação (Ver detalhes na planilha em anexo).
- c) Uma oficina estadual nos dias 10 e 11.01.07, com 50 participantes, que aprofundou o diagnóstico da formação no Estado e indicou propostas de continuidade do processo de formação em EPS, com base em documento síntese das oficinas regionais e informações dos instrumentos respondidos pelas entidades e empreendimentos.
- d) A consolidação de um processo de continuidade, que se ampliou com a possibilidade de Termo Aditivo para estender o Projeto por mais dois meses (abril e maio de 2007) para qualificar a discussão sobre os resultados da sistematização e publicação de documento final; elaboração de Projeto de Formação para os próximos anos, consolidando um novo Grupo de Trabalho de Formação do FGEPS/RS, uma rede de formadores (educadores de entidades) e multiplicadores (educadores de empreendimentos).

## **1. O processo de execução do Projeto**

### **1.1 Os encaminhamentos iniciais pela entidade executora**

Após assinatura do convênio com a Fundação Banco do Brasil do projeto financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego - SENAES/MTE -, o Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP - iniciou a viabilização da execução do Projeto, em parceria com o Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária. Em meados de agosto de 2007, houve a divulgação de edital de seleção da equipe técnica. A seleção dos candidatos foi realizada por integrantes da Comissão Executiva do Fórum Gaúcho de EPS e entidade executora, mediante avaliação de currículos, tendo como referências: a capacidade, trajetória e tempo de atuação em atividades junto a economia popular solidária do RS; experiência de educação e sistematização e disponibilidade necessária. Na conclusão do processo e seleção a equipe técnica do Projeto ficou assim definida: José Inácio Konzen (pelo CAMP, entidade executora), os educadores/técnicos Adair Barcelos e Telmo Adams; e Anajá Teixeira (estagiária), todos com uma carga mínima de 20 horas semanais. Os trabalhos foram iniciados imediatamente com a primeira reunião de trabalho no dia 1º de setembro de 2006.

### **1.2 Planejamento: previsão dos passos/atividades essenciais para alcançar os objetivos do projeto**

No primeiro debate foram levantadas diversas questões de fundo como:

- Qual seria o universo de experiências de formação identificadas com os critérios consensuais da EPS no Estado?
- Seria, ou não, conveniente uma priorização de algum perfil em relação ao objeto e foco de experiências de formação, como por exemplo:
  - a) experiências que enfatizam princípios, objetivos, identidade ou projeto político da economia popular solidária;
  - b) experiências com perfil mais profissionalizante ou instrumentalizador dos empreendimentos para a sua viabilidade econômica, com ênfase nos processos produtivos, comercialização, gestão administrativa.
- Que resultados possíveis e convenientes deveríamos esperar, em termos de contribuição para a formulação de um projeto de formação mais abrangente, bem como na perspectiva da articulação de uma rede de “formadores/as”.
- Quais os instrumentos mais adequados para o levantamento de dados no processo de sistematização?

Após diálogo sobre as questões acima, para possibilitar o conhecimento de maior número de experiências possíveis, elencamos alguns passos para a execução imediata, conforme segue:

- a) Mapeamento das principais experiências de formação que tivessem alguma identidade com a EPS/ES;
- b) Elaboração de um cadastro básico por região com dados básicos de entidades e empreendimentos, com apoio de pessoas de referência de cada uma das sete regiões;

- c) Elaboração e envio de instrumentos de reflexão (diagnóstico) sobre as experiências (uma para as entidades e outra para os empreendimentos), inspirados na ficha da SENAES para evitar que cada entidade tivesse que responder a dois instrumentos;<sup>2</sup>
- d) Definição do calendário, locais, público, metodologia e programação das sete oficinas regionais (de um dia cada) e encontro estadual (de dois dias);
- e) Mobilização/motivação das pessoas de referência das regiões e entidades com vistas a garantir o máximo de envolvimento.

### **1.3 Reunião Ampliada com o GT de Formação do Fórum Gaúcho e Representantes das Regiões.**

No dia 25 de setembro de 2006 realizou-se, no CAMP/Porto Alegre, a primeira reunião ampliada com o objetivo de debater e definir concepções, foco, abrangência, resultados e produtos do projeto, tendo presente o cenário da Economia Solidária (no contexto do processo eleitoral brasileiro – perspectivas para os próximos anos). A reunião contou com as presenças de 15 pessoas, representantes de cinco das sete regiões, membros da comissão executiva do Fórum de EPS/RS, a equipe executiva do projeto, além de outras implicadas.

A base para a compreensão das questões operativas teve como referência o destaque de três pontos essenciais de documento elaborado pelo GT de Formação sobre política de formação para EPS, em 2005:

- a) a compreensão de que a educação é intrínseca às experiências de economia solidária, havendo diversos tipos de atividades de formação, metodologias;
- b) a percepção de que há a carência da devida sistematização e análise dessas experiências, o que tem implicado em problemas operacionais, de perda de efetividade nas ações, problemas conceituais e metodológicos;
- c) a necessidade de discutir e elaborar um conjunto de definições gerais para uma política de formação para a economia solidária, como elemento fundamental para avançar nos desafios colocados para o movimento de Economia Popular Solidária.
- d) Outra questão em torno da qual se buscou um acordo de compreensão refere-se à concepção de formação adotada.

(1) Do lado das entidades há pelo menos duas compreensões: o processo periódico de reflexão com os sujeitos (acompanhamento, assessoria, incubagem); e os momentos específicos com atividades intensivas de formação (cursos, seminários, etc).

(2) Do lado dos empreendimentos: o aprendizado que advém da própria atividade do trabalho, a participação em reuniões internas ou externas de organização ou articulação....; ou seja, a visão de formação como sociabilidade; e também as atividades internas ou externas de eventos planejados com, ou

<sup>2</sup> A previsão inicial de retorno das fichas das entidades e empreendimentos era dia 15/10, mas a maioria acabou devolvendo os instrumentos respondidos apenas na primeira semana de dezembro de 2006. Com isso, a data da Oficina Estadual, antes prevista para ser realizada em dezembro, por decisão da reunião ampliada (Equipe Técnica juntamente com representantes das Regiões e GT de formação), foi postergada para 10 e 11 de janeiro de 2007 para que a equipe tivesse o tempo necessário para realizar uma síntese prévia dos dados levantados até o momento.

oferecidos por entidades, redes não governamentais ou governamentais. Enquanto socialização, tudo o que acontece na vida cotidiana implica em algum aprendizado. Sem negar este caráter de que toda a atividade é formadora do ser humano, a concepção de que aqui se trata prioriza o foco em torno de atividades de formação intencionalmente projetadas, com ou sem participação das pessoas que integram empreendimentos de economia solidária.

Na mesma reunião, outras questões da proposta de trabalho para os seis meses, apresentada pela equipe executiva, foram debatidas, problematizadas e complementadas. Foram definidos os procedimentos para viabilizar o mapeamento de entidades e empreendimentos, por região. Estabeleceu-se um prazo de uma semana para o levantamento prévio das entidades de cada região e indicação de, no mínimo, dois empreendimentos por entidade para participarem do processo de sistematização. Houve a preocupação para que entidades ou redes, de âmbito estadual ou nacional que atuem em alguma região, não ficassem esquecidas (independente de estarem ou não articulados com o FGEPS).

Quanto aos instrumentos de sistematização<sup>3</sup>, houve um questionamento se caberia, ou não, aos empreendimentos igualmente responder um roteiro de reflexão sobre sua experiência de participação em atividades de formação; ou se tal procedimento deveria ficar restrito às entidades. A conclusão foi de que se trata de uma opção metodológica. Para que não somente as entidades falassem sobre processo realizado por elas mesmas, optou-se por oportunizar também a percepção dos empreendimentos sobre atividades de formação. Considerou-se que restringir a interação entre educadores de entidades e membros de empreendimentos nas oficinas regionais e estadual poderia empobrecer a escuta do que os principais sujeitos teriam a dizer sobre os processos de formação. Além do mais, seria uma possibilidade para suprir a deficiência de participação dos membros de empreendimentos, nos costumeiros constrangimentos que ocorrem em função da presença dos representantes das entidades que os convidaram a participar. Ao mesmo tempo, oportunizaria uma participação mais ampliada mediante uma discussão coletiva sobre o sentido das atividades de formação em que alguns ou todos os membros do empreendimento tenham participado.

Segue a relação das pessoas de referência de cada região, que tiveram a tarefa de animar o processo local juntamente com a equipe executiva, a indicação da data e a cidade de referência para cada **oficina regional**:

<b>Nome das pessoas de referência</b>	<b>Oficinas nas sete grandes regiões e oficina regional</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade onde se realizou a oficina</b>
Vera Regina Bortolini	Região Metropolitana de Porto Alegre	13/11/06	Porto Alegre
Ieda Zimmermann	Região Noroeste Colonial e Missões	16/11/06	Ijuí
Roseli Dias	Região Vale do Sinos	18/11/06	São Leopoldo
Márcio André Mazzon	Região da Produção e Altos da Serra	21/11/06	Passo Fundo
Ir. Lourdes Dill	Região Centro	23/11/06	Santa Maria
Eder Dion de S. Costa	Região Sul	30/11/06	Rio Grande
Leomar e Rodrigo	Região da Serra	06/12/06	Caxias do Sul
Equipe executiva	Oficina Estadual	10 e 11/01/07	Porto Alegre

<sup>3</sup> A versão final dos dois instrumentos (um para empreendimentos e outro para entidades) encontram-se no anexo A, deste relatório.

Na mesma reunião, foram confirmados os objetivos das oficinas a partir da proposta elaborada pela equipe executiva do projeto de sistematização. Um dos focos centrais do processo de sistematização colocou-se nas oficinas regionais e estadual. Assim estes eventos tornaram-se espaços privilegiados do processo de socialização, reflexão compreensiva sobre experiências de formação em EPS, ocorridas, ou em andamento, no Estado. As informações solicitadas pelos instrumentos aos empreendimentos e entidades igualmente compuseram o leque de informações que qualificaram o desenvolvimento coletivo do processo de sistematização.

Com base na orientação do projeto e pistas indicativas da reunião ampliada com representantes das Regiões (acima referida), a equipe executiva definiu os seguintes objetivos para as oficinas regionais:<sup>4</sup>

- Construir um mapa das grandes referências de formação existentes em cada região, identificando atores protagonistas, atividades de destaque, processos de articulação e sujeitos formadores;
- Debater pontos fortes, desafios e resultados, na perspectiva da qualificação do processo de sistematização das experiências de formação em economia solidária;
- Debater as condições e possibilidades para a articulação de uma rede de formadores/as nas regiões e em âmbito de Estado;
- Levantar prioridades e elementos com vistas à construção coletiva de um programa, ou, um projeto estadual de formação para 2007/2008;
- Encaminhar a participação das regiões na oficina estadual.

Quanto aos participantes das oficinas (com previsão total de 25 pessoas) alguns critérios preferenciais orientaram a escolha dos participantes:

- Pessoas de entidades ou empreendimentos que tenham participado de algum processo de formação;
- Que tenham participado da reflexão sobre o roteiro de questões dos instrumentos;
- Que tenham conhecimentos dos processos de formação havidos na região.

#### **1.4 Destaques das atividades realizadas pela equipe executiva**

Houve o empenho no contato com as pessoas representantes das regiões a fim de agilizar o encaminhamento dos materiais e preparar, da melhor forma, as oficinas. Foram realizados, também, contatos com entidades de cunho estadual como Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-RS), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra / Cooperativa Central dos Assentados do RS (MST/COCEARGS), as Universidades do Estado que mantém núcleos da Unitrabalho ou atuam com Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), entre outras.

Além dos contatos com entidades via telefone, internet e visitas *in loco*, a equipe executiva buscou avançar na organização em torno de questões básicas essenciais para a qualificação do processo de sistematização:

- 1) Quanto aos processos preparatórios das oficinas, previu-se, inicialmente, que os instrumentos respondidos se constituíssem numa reflexão preparatória às mesmas. Ao

<sup>4</sup> Ver a proposta comum de programação das oficinas regionais: Anexo B.

mesmo tempo, a devolução das fichas no prazo mais curto possível para a equipe executiva do projeto possibilitaria que as idéias centrais das reflexões (especialmente de conteúdos e metodologias utilizadas na formação) pudessem ser aproveitadas como base para o debate de aprofundamento nas oficinas regionais. Mas na maioria dos casos, em função do contexto da conjuntura política (período de eleições), época de final de ano com o esgotamento das agendas, entre outras dificuldades, houve um atraso na devolução dos instrumentos respondidos. A equipe procurou então adaptar-se à realidade e condições existentes.

- 2) No dia 02 de outubro houve um diálogo da equipe executiva com Cláudio Nascimento e Ana Cristina Milanez Keil avaliando o processo relacionado com a formação envolvendo a atuação da SENAES nos últimos anos, o momento atual e as perspectivas. No contexto mais amplo, o projeto aprovado para o Rio Grande do Sul situa-se como uma experiência-piloto que integra o esforço nacional para qualificar a formação de formadores e multiplicadores da Economia Solidária no país. Embora as condições desfavoráveis e período impróprio (final do ano) para um trabalho da envergadura como o proposto pelo projeto, Cláudio ponderava que uma contribuição qualitativa deste processo deveria ajudar para compreender as questões candentes do momento, bem como para qualificar os processos futuros. A metodologia de sistematização está sendo vista como um instrumento central para aproveitar melhor a riqueza da heterogeneidade das experiências de formação existentes.
- 3) Como articular a sistematização, enquanto compreensão de um diagnóstico fundamentado da atual realidade da formação em EPS no Estado, com as possibilidades de um projeto futuro? Problematizou-se a indicação (na reunião ampliada do dia 25/09) de que se devesse, em 2007, focar a formação de formadores. Questionamos se tal direcionamento não geraria um descontentamento nos sujeitos dos empreendimentos que carecem de lideranças melhor preparadas para uma prática autogestionária! Em que medida, se o foco da formação fossem os gestores dos empreendimentos, não se estaria também articulando e preparando a rede de formadores para desenvolver o trabalho de formação? Essa problematização foi submetida ao debate das oficinas regionais culminando com propostas produzidas na Oficina Estadual que, por sua vez, foram encaminhadas para a instância do FGEPS, a quem, em última instância, cabe a tarefa de deliberação.
- 4) A partir do mês de outubro ampliamos as leituras com algumas discussões, elaboração e partilha de sínteses e textos sobre Sistematização (de Oscar Jara, Aida Bezerra, Elza Falkembach e a Síntese produzida a partir da I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, entre outros) com vistas à estabelecer nosso horizonte teórico-metodológico. Partimos da compreensão de sistematização como processo coletivo que consiste no registro, reconhecimento, organização das experiências e conteúdos produzidos, ao mesmo tempo em que gera aprendizados para os envolvidos.
- 5) Para facilitar a análise dos dados e possibilitar a socialização dos mesmos em rede de acesso público (entidades, empreendimentos, gestores públicos, acadêmicos/pesquisadores...), decidiu-se pela criação de um programa específico para organização de banco de dados das informações advindas das fichas de sistematização respondidas pelos empreendimentos e entidades.

### **1.5 Compreensão de sistematização, instrumentos e processos trilhados**

De maneira resumida, ao falar em sistematização, estamos nos referindo a alguma forma e processo coletivo de reflexão crítica sobre as nossas experiências com o objetivo de melhorar as nossas práticas. No caso deste projeto, a forma através da qual foi realizada uma sistematização de

experiências de formação, foram as fichas/questionários das entidades e dos empreendimentos, as oficinas regionais e estadual, as entrevistas e conversas com algumas entidades, a consulta a relatórios e materiais didáticos e publicações utilizadas nas atividades de formação. E o processo coletivo se deu através da participação das entidades que realizaram atividades de formação e dos empreendimentos que participaram das mesmas. Deu-se ainda através da resposta ao roteiro de sistematização, e/ou pela participação nas oficinas; além das reuniões da “comissão do projeto” com integrantes dos fóruns de economia popular solidária e da equipe executiva.

De acordo com a I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária “A metodologia autogestionária é a participação radical de todos os envolvidos nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das atividades...”. Em decorrência, os resultados da sistematização desembocam na validação de práticas, sensibilização de setores implicados para fortalecer a concretização dos novos aprendizados, com vistas a contribuir na construção de novos sentidos de vida em sociedade.

Uma estratégia de produção de conhecimento através do processo de sistematização consiste na integração entre o saber popular e o saber técnico-científico, cimentados pelo compromisso ético entre as diversas organizações envolvidas na construção de uma cultura de solidariedade e efetiva economia solidária. Trata-se de uma construção coletiva de conhecimento a ser realizada sempre pelos sujeitos. A sistematização articula, basicamente, três fases coletivas: a do diagnóstico, a fase compreensiva e a analítica.

Alguns pressupostos presentes na compreensão da equipe executiva do projeto de sistematização de experiências de formação em economia solidária:

- A toda sistematização antecede uma prática. A sistematização inicia pela recuperação, recontextualização, escrita, devolução analítica da experiência, em vista de propostas sócio-críticas de construção de conhecimento.
- Todo sujeito é sujeito de conhecimento. Tanto a ação, como o saber sobre ela é ponto de partida dos processos de sistematização. Daí a insistência em incluir sujeitos dos empreendimentos e não somente das entidades.
- Toda sistematização é um processo de interlocução entre sujeitos, com leituras diferentes, mas que, ao se tornarem visíveis e se confrontarem, constroem um objeto de reflexão e aprendizagem comum.
- A sistematização não é neutra. Os interesses e os princípios éticos que a direcionam são essencialmente de emancipação e transformação social. No caso, trata-se de uma metodologia coerente com os princípios e objetivos da economia popular solidária.
- Na sistematização interessa tanto o processo como o produto. Assim a sistematização constitui-se numa formação para os participantes da mesma.

Cabe, especialmente, aos formadores de cada entidade comprometida articular o processo de construção de conhecimento em torno de uma concepção integral de educação embasada na totalidade do ser humano. A finalidade da sistematização, em última instância, é avançar na coerência metodológica, buscar uma maior consistência teórica com vistas à “reorientação e revitalização da ação” (cf. Anexo V do Relatório I Oficina Nacional).

Com base nesta compreensão, estabelecemos passos metodológicos orientadores para a sistematização:



- a) Definição de um acordo preliminar (concepções, produtos e objetivos) entre os atores envolvidos, buscando reconhecer as possibilidades e limites para um planejamento. Foram debatidas, com a comissão ampliada representativa do FGEPS, questões centrais que interessavam sistematizar, a objetivação da metodologia (diferença entre sistematização e pesquisa) e conteúdos de formação.
- b) Mapeamento das experiências significativas.
- Planejamento de instrumentos / meios / estratégias para possibilitar a identificação das experiências;
  - Coleta de informações, com elaboração de sínteses dos diversos coletivos de discussão (Oficinas, reuniões e discussões das diferentes instâncias envolvidas);
  - Identificação de experiências significativas e organização das informações em banco de dados.
- c) Reflexão sobre as práticas na relação com referências teóricas (princípios, metodologias...):
- Apropriação da experiência vivida, reflexão crítica e identificação de eixos/ categorias compreensivas;
  - Reflexão analítica sobre o material, pela equipe responsável (fichas, relatórios, documentos, anotações das falas, etc.). Foram consideradas as trajetórias das experiências, significados para os participantes (entidades e empreendimentos), relação com o debate teórico, indicativos para o futuro;
  - Compartilha coletiva dos aprendizados com cruzamento de análises, interpretações e saberes das diferentes organizações envolvidas, de modo especial, empreendimentos e entidades;
  - Discussão dos resultados e propostas de continuidade a curto e médio prazo, com o FGEPS.
- d) Divulgação dos resultados (interpretações, avaliações e formulações projetivas...), seja em torno da compreensão das experiências como na indicação de propostas para uma política de formação;
- e) Integração dos elementos essenciais da sistematização na formulação do projeto de continuidade da formação de formadores e multiplicadores no Estado;
- f) Integração progressiva dos resultados (parciais e finais) ao processo de sistematização da formação em Economia Popular Solidária ora em andamento em âmbito nacional;
- g) Disponibilização de banco de dados das informações advindas das fichas de sistematização respondidas por empreendimentos e entidades.
- h) Elaboração de relatório de encerramento do projeto pela equipe executiva.
- i) Encaminhamento para organização e divulgação do documento a ser publicado, após discussão com o GT de formação.

Com tal propósito, entendemos estar sintonizados com o esforço consciente para capturar os significados das experiências de formação e seus efeitos. Mesmo não sendo um conceito unívoco,

a prática da sistematização foi amplamente utilizada nos espaços de educação popular, na América Latina. Nestes meios, a sistematização assumiu sempre uma tarefa reflexiva, de ampla participação, para recuperar organizadamente a prática e permitir a volta à ação com maior possibilidade de eficácia e eficiência. Daí que “a sistematização continua sendo, para nós, um dispositivo investigativo, pedagógico e político” (Ghiso, Alfredo, 1998, CEAAL).

## 2. Os sujeitos e o processo construído: uma reflexão sobre alguns resultados produzidos

Apesar dos limites de tempo e de recursos do projeto não terem sido os ideais, estas circunstâncias foram minimizadas na medida em que nos levaram a redefinir o universo das experiências que deveriam ser sistematizadas, os aspectos e enfoques pertinentes a serem priorizados na sistematização. A preocupação era a de não correr o risco de ficar analisando, por um tempo longo demais, um conjunto de aspectos e enfoques muito amplos; e, além do mais, gastando um recurso precioso para gerar um resultado, talvez, insatisfatório.

Trabalhamos a sistematização das experiências de formação em EPS no Rio Grande do Sul da seguinte forma:

- 1) Envio, direto ou através dos articuladores regionais e estímulo a todas as entidades (ONGs, universidades, gestores públicos, organizações e movimentos sociais) que realizam atividades de formação voltadas para os princípios e objetivos da EPS para que respondessem ao roteiro de sistematização. Foi estabelecido como universo a identificação e descrição das duas experiências de formação mais importantes para cada uma das entidades executoras. O preenchimento desta ficha tinha como objetivo, por parte de quem realiza atividades de formação, uma descrição e uma primeira reflexão avaliativa e crítica sobre as principais experiências de formação em EPS do Rio Grande do Sul.
- 2) Junto com o envio das fichas para as entidades, foi igualmente enviada uma outra específica com a motivação de ser respondida, pelo menos, por dois empreendimentos que participaram de cada uma das duas experiências mais importantes indicadas pelas entidades realizadoras de atividades de formação. O objetivo com o preenchimento desta ficha era o de garantir a manifestação por parte de empreendimentos participantes (formais ou informais), possibilitando, aos mesmos, fazer uma avaliação crítica das atividades que participaram; desta forma estimulava-se uma identificação de outras atividades importantes nas quais estes empreendimentos participaram, bem como a indicação de demandas ainda não atendidas.
- 3) Nas sete oficinas regionais<sup>5</sup> buscou-se socializar e visualizar o conjunto das experiências de formação existentes em cada região, aprofundando a reflexão entre entidades realizadoras e empreendimentos participantes. Foram enfatizados:
  - a) os principais aspectos da realização destas experiências, com ênfase à forma de mobilização, a definição dos seus participantes e a metodologia;
  - b) a identificação de novas demandas e
  - c) propostas para qualificar os processos de formação em EPS no conjunto do estado.

Estas questões já identificadas e, de alguma forma refletidas por cada entidade e empreendimento participante antes das oficinas, através do preenchimento das fichas, foram aprofundadas nos debates dos diversos encontros regionais.

<sup>5</sup> As oficinas eram preparadas conjuntamente pela equipe executiva do projeto, em diálogo com as pessoas de referência de cada região, e coordenadas por 2 membros da equipe de forma alternada. Na medida em que os encontros iam acontecendo, foram produzidos relatórios com uma síntese das principais questões do debate que, com adaptações, seguiu um roteiro comum em todas as sete regiões. Ver mapa das oficinas no Anexo C.

4) A oficina estadual tinha como metas:

- 1) a qualificação da compreensão em torno de questões pertinentes, a partir de sínteses construídas pela equipe executiva, junto com a Comissão Ampliada do Projeto<sup>6</sup>;
- 2) uma reflexão coletiva sobre as principais questões metodológicas destas experiências para perceber em que medida elas atendiam às necessidades de formação dos empreendimentos de EPS;
- 3) uma compreensão da participação e das relações que estas experiências estabelecem com os diferentes atores da EPS do RS;
- 4) a identificação de necessidades e a priorização de demandas de formação para os próximos anos;
- 5) a proposição de formas e instrumentos para qualificar as experiências existentes e viabilizar a realização de novas demandas;
- 6) definir passos para a articulação de uma rede de educadores para EPS.

Como a sistematização foi um processo coletivo de reflexão sobre as experiências com o objetivo de melhorar as práticas, podemos afirmar que os seus resultados refletem tanto a qualidade da participação do conjunto dos atores da EPS do Rio Grande do Sul (entidades de apoio, empreendimentos, gestores públicos e organizações e movimentos sociais), como da habilidade e agilidade da Equipe Executora do Projeto.

## **2.1 Considerações gerais sobre a participação no processo**

As entidades participantes da sistematização apresentaram um perfil diverso de acordo com a natureza institucional e relação com as contingências e demandas da realidade local. São entidades do campo da educação popular, de inspiração ou vinculação religiosa, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares de universidades, entidades que surgiram dentro do campo da economia solidária.

Já os empreendimentos participantes puderam ser reconhecidos, pela localização, como urbanos e rurais, atuando nas áreas da produção, consumo e serviços. A partir da tipologia ou áreas de atuação é possível destacar os de alimentos, vestuário, artesanato, habitação, reciclagem entre outros.

### **2.1.1 A participação nas oficinas**

A insistência das manifestações em relação ao período do ano desfavorável para a realização do projeto refletiu uma contingência a ser levada em conta por qualquer análise ou avaliação sobre o processo realizado. Mas aliado a isso, possivelmente, pode juntar-se o fator motivação. Constatou-se que houve, em muitos casos, especialmente por parte de entidades não envolvidas no FGEPS, a limitada compreensão sobre a importância da sistematização para a Economia Popular Solidária no

<sup>6</sup> A Comissão Ampliada do Projeto era constituída por um representante articulador de cada uma das sete regiões onde foram realizadas as oficinas regionais, a Comissão Executiva da Coordenação do Fórum Gaúcho de EPS (FGEPS) e pela Equipe Executiva do Projeto. As sete regiões onde foram realizadas as oficinas regionais foram definidas em reunião da Coordenação do FGEPS (cf. quadro p. 10).

Rio Grande do Sul e no Brasil. Tais fatos somados resultaram em ausências, seja de entidades como de empreendimentos. Por isso, o número de pessoas presentes nas oficinas não representa, necessariamente, o grau de organização da EPS em cada região. Contudo, em nossa avaliação, é preciso considerar o resultado de cada oficina, independente da quantidade de pessoas presentes. O quadro ilustrativo (Anexo C) traz o número de pessoas presentes nas oficinas, mas sem identificar que, em alguns casos, houve uma alternância de pessoas. Ou seja, a presença de um número maior de pessoas em determinada oficina não significa que houve uma participação efetiva e que o resultado do debate tenha sido mais aprofundado e abrangente do que em outra que contou com um número menor de pessoas. Além disso, é importante observar que houve três oficinas que se realizaram em menor tempo do que o planejado. Em função de dificuldades locais, das sete, quatro oficinas foram realizadas em dois turnos (um dia) e as outras três, em um turno (meio dia).

### **2.1.2 Significados dos níveis de participação nas oficinas e respostas aos instrumentos**

Algumas hipóteses em relação às causas que podem ter resultado no maior ou menor envolvimento das entidades e empreendimentos no desenvolvimento do projeto de sistematização pode estar relacionado com o grau de empenho / dificuldades das pessoas de referência em cada região. O fato é que, na maioria das oficinas estiveram ausentes gestores públicos, mas também entidades locais ou de âmbito estadual que desenvolvem atividades de formação nas regiões. E estas poderiam ter envolvido mais e melhor os empreendimentos que tenham participado de atividades de formação realizadas pelas entidades. A ausência dos gestores públicos pode ter significado falha na mobilização. Mas, por outro lado, considerou-se que ainda são poucos os municípios que desenvolvem formação específica voltada à Economia Popular Solidária. Além da falha na mobilização por parte dos responsáveis pelo projeto junto aos gestores, um certo desinteresse deveu-se, talvez, por considerarem que nas atividades do projeto de sistematização a socialização de experiências e os debates não seriam muito diferentes do processo nacional de formação de gestores que já vinha sendo realizado nos últimos anos.

Os 29 empreendimentos e 20 entidades que responderam ao roteiro e os 63 empreendimentos e as 38 entidades presentes nas oficinas - num total 167 pessoas – representaram a participação possível (mais detalhes no Anexo C). Se comparado ao número total de empreendimentos ou entidades, o baixo número de empreendimentos, que participaram das oficinas e/ou responderam o roteiro de questões, pode suscitar reflexões. Mas, por outro lado, lembramos que se trata de uma comparação de importância relativa em função de não se tratar de uma “amostra” de pesquisa, e sim um grupo, de alguma forma representativo, que aceitou o convite e se dispôs a participar desta sistematização de experiências de formação em EPS.

Em uma das reuniões de pré-análise dos dados levantou-se a “suspeita” de que o envolvimento das entidades no processo de sistematização apresentou uma equivalência com o grau de participação no Fórum Gaúcho de EPS. “Entidades mais comprometidas com o Fórum marcaram maior presença nas oficinas e encaminharam em maior número a devolução de respostas ao roteiro de questões”, observou um dos representantes regionais. Tal fato teria se confirmado positivamente na região Noroeste Colonial e Missões onde, comparativamente às demais regiões, um número superior de entidades e empreendimentos participou do processo? Nessa região estiveram representados empreendimentos de 12 do total dos 23 municípios que responderam o instrumento de sistematização. Em contrapartida, na maioria das regiões, houve relativamente poucos municípios representados, tendo os empreendimentos envolvidos se concentrado, em grande parte, no município / cidade de referência onde se realizaram as oficinas, em cada uma das sete regiões.

### **2.1.3 Reações de algumas entidades e empreendimentos ao projeto**

No processo da socialização e sistematização de experiências e perspectivas de continuidade de reflexão e priorização de projetos de formação em EPS no RS constatamos que, apesar da

inadequação do período de execução do Projeto, várias entidades e empreendimentos que participaram das oficinas ou da reflexão motivada pelo instrumento, foram unânimes em torno da importância da socialização e sistematização das experiências de formação em EPS. Nas entrelinhas percebeu-se certo receio (ou auto-suficiência?) por parte de determinados gestores de entidades que não se predispuseram a uma reflexão crítica sobre as experiências. Essa resistência pode ter dificultado, juntamente com outros fatores já mencionados, o engajamento num processo de sistematização e construção mais articulada de projetos coletivos.

Levantamos três hipóteses que podem estar por detrás dos receios ou reservas a uma exposição, partilha (reflexão e avaliação conjunta) do que se faz:

- a) Paire no ar certa descrença em relação às possibilidades de condições financeiras e operacionais para a realização de projetos e processos de formação mais articulados e integrados em âmbito estadual. Estes estariam a exigir maiores volumes de recursos e tempos mais longos, o que é sempre um limite enfrentado na relação com órgãos públicos ou mesmo organismos de cooperação não-governamentais.
- b) Não há clareza suficiente, por parte das entidades, de quais sejam as possibilidades da realização de projetos mais articulados e integrados e a relação com os programas institucionais (finalidades) de cada entidade e sua sobrevivência individual.
- c) As entidades avaliam com preocupação, ou até com certa descrença, as reais condições políticas para a construção e realização de projetos articulados com este perfil, em função de sua viabilização estar sendo proposta pela mediação do FGEPS. Este, pelo seu caráter político-organizativo, talvez não conte com instâncias de autonomia e agilidade necessárias para gerir a execução de projetos assumidos coletivamente.

#### **2.1.4 Considerações em torno do roteiro de questões (ficha de sistematização das entidades e empreendimentos):**

A meta mínima era que cada entidade indicasse dois empreendimentos que tivessem participado de cada atividade de formação por ela desenvolvida e escolhida como as duas mais significativas, nos últimos três anos. Considerando as 38 entidades participantes, e se cada uma tivesse indicado duas atividades de formação, poderia ter participado da reflexão sobre o roteiro de sistematização um total de 152 empreendimentos. Constatou-se que este número ficou muito aquém dessa meta.<sup>7</sup> De acordo com avaliações, tal fato deveu-se à falta de clareza das entidades em relação a esta orientação, ou, em parte, porque algumas indicaram apenas uma atividade de formação; ou ainda por outros motivos já anteriormente referidos.

Com relação às considerações sobre a exigência e dificuldade de responder às questões do roteiro, houve, por outro lado, a constatação de que tal fato revelava a frágil reflexão, ou mesmo sua ausência, sobre as atividades de formação que se faz ou da qual se participa. Algumas observações davam conta de que foi difícil “responder” às questões, mas o esforço possibilitou uma avaliação e reflexão sobre a prática. A equipe executiva do projeto buscava sempre lembrar que o roteiro de questões tinha um sentido de possibilitar a participação efetiva e complementar de todos/as (individual ou coletivamente) no processo de sistematização, já que as oficinas tinham um número restrito de participantes.

<sup>7</sup> Foram 63 empreendimentos que participaram das oficinas e 23 responderam ao instrumento, sendo que a maior parte destes últimos também participou das oficinas e por isso já estão contabilizados no primeiro número.

De modo geral, houve um atraso na devolução das reflexões / respostas ao instrumento de sistematização. Até o prazo estabelecido (final da 1ª semana de dezembro), havíamos obtido poucos retornos. Isso trouxe algum prejuízo à qualidade do material preparado para a oficina estadual. De outra parte, um aspecto valorizado foi o empenho de algumas regiões onde houve empreendimentos que não puderam estar na oficina, mas enviaram sua reflexão a partir das questões do roteiro.

## 2.2 Síntese das oficinas: um diagnóstico da realidade da formação no RS

As reflexões analíticas abaixo pretendem contemplar as principais questões que apareceram nas Oficinas Regionais e/ou nas reflexões motivadas pelo instrumento de sistematização e aprofundamento realizado na Oficina Estadual. A análise enveredou em torno das seguintes questões diretamente relacionadas à formação: condições operacionais, metodologias, conteúdos, mobilização/motivação, organização dos empreendimentos, políticas públicas, articulação das entidades, propostas para continuidade. As entidades que responderam ao roteiro de sistematização indicaram um largo espectro de atividades que fazem parte de seu programa de trabalho, e que se estende à formação, pesquisa, assessoria direta, produção de recursos didáticos, assistência social, educação formal, articulação política, entre outras.

### 2.2.1 As condições operacionais para o desenvolvimento da formação

- a) **Demandas e limites das entidades e empreendimentos:** Desde este ponto de vista, uma das dificuldades apontadas tem a ver com a quantidade e variedade das necessidades de formação dos empreendimentos e a limitada capacidade de respostas por parte das entidades a essas demandas. Os limites estão relacionados, entre outros fatores, à falta de tempo (disponibilidade restrita), insuficiente número de pessoas preparadas para desempenhar um trabalho qualificado de formação (Ijuí)<sup>8</sup>; junta-se a isso os limitados recursos financeiros, seja das entidades que promovem, como dos empreendimentos que não conseguem subsidiar as horas não trabalhadas para os participantes de atividades de formação. Pelas experiências socializadas, houve um indicativo de que, grande parte das entidades da área, desenvolvem programas fragmentados, com poucos recursos financeiros e com educadores/as próprios/as; sem mesmo efetivar parcerias, por exemplo, com as universidades, apesar de não haver resistências a estas parcerias (POA).

A preocupação maior é com grupos em situação de risco, vítimas do sistema, sem formação e sem recursos. Como fazer deles gestores de empreendimentos econômicos associativos e solidários? Em geral entram num empreendimento solidário porque não conseguiram emprego (com carteira assinada) ou não tinham algum trabalho autônomo que lhes garantisse o sustento. Como os empreendimentos com esse perfil de participantes, muitas vezes abaixo ou próximo do nível de indigência, vão conseguir se viabilizar no mercado competitivo? Será que as entidades têm condições de enfrentar tais desafios com a formação nas atuais possibilidades de, ao mesmo tempo, terem que bancar um suporte de assistência social? Como fica aí a tarefa do estado para que não fiquemos remediando situações de indigência, contribuindo para a acomodação dos governos e sociedade em relação a tais questões? A quem cabe resolver o problema da miséria? Somente às entidades? Somente à economia popular solidária?

<sup>8</sup> Nas próximas páginas aparecem várias referências aos debates e indicativos realizados nas oficinas regionais e estadual. A identificação em qual oficina eles foram realizados está entre parênteses e se referem as seguintes oficinas: (POA) oficina regional da Região Metropolitana, realizada em Porto Alegre; (VS) oficina regional da Região do Vale do Sinos, realizada em São Leopoldo; (Ijuí) oficina regional da Região Noroeste Colonial, realizada em Ijuí; (Sul) oficina regional da Região Sul, realizada em Rio Grande; (PF) oficina regional da Região da Produção e Altos da Serra, realizada em Passo Fundo; (SM) oficina regional da Região Centro, realizada em Santa Maria; (Caxias) oficina regional da Região da Serra, realizada em Caxias do Sul; (OE) oficina estadual, realizada em Porto Alegre.

- b) **Contingências do financiamento próprio e público:** Em geral, faltam recursos próprios para subsidiar a formação das pessoas dos empreendimentos. E destaca-se uma dificuldade na captação dos mesmos. Daí que a busca de recursos públicos tem sido uma possibilidade. Mas a sistemática de apoios públicos a projetos de formação é inadequada pelo fato de ser realizada através de editais públicos direcionados, com projetos restritos aos limites do ano fiscal, com responsabilização focalizada para entidades conveniadas. Tais condicionantes dificultam a realização de processos continuados de formação, resultando, muitas vezes, em atividades realizadas de forma isolada, pouco articuladas com outras entidades e com os fóruns regionais de articulação de EPS (VS);
- c) **Desafios das incubadoras universitárias:** Um problema operacional se relaciona com o trabalho das Incubadoras que igualmente atuam com projetos de financiamento público-estatal (FINEP, PRONINC). Por serem projetos temporários, carecem de continuidade de trabalho em função da rotatividade de técnicos e, especialmente, estagiários. Quando estão bem preparados, o projeto se encerra. Sentem necessidade de capacitar as equipes das incubadoras, mas assegurando-lhes uma maior estabilidade para afirmá-las, inclusive como uma atividade a ser mais valorizada dentro das universidades. Às vezes parece ser uma iniciativa de alguns profissionais ou grupo de voluntários (Sul). Alertam que existe um problema de avaliação por parte das Universidades e pelos órgãos financiadores (públicos ou privados). Para superar os limites sentidos por incubadoras e empreendimentos é necessário avaliar os resultados na EPS com critérios diferentes dos adotados pelo mercado capitalista (Sul).

### 2.2.2 Questões relacionadas às metodologias

Todas as entidades que responderam ao roteiro de sistematização afirmaram que assumem as metodologias participativas como referência central de seu trabalho e a educação popular como escola pedagógica. De modo geral, apareceram elementos extremamente positivos na avaliação das metodologias e dinâmicas de trabalho de formação.

- a) **O desafio de uma formação processual:** Destacou-se no debate a falta de uma maior clareza e unidade metodológica em torno da proposta de educação popular, o que pode ter relação, igualmente, com variações nas concepções sobre EPS. Diante disso, enfatizou-se a necessidade do estudo sobre metodologias processuais, mais do que um suceder de eventos isolados entre si (VS) e que responda às necessidades dos diversos níveis: para os grupos iniciais e os já encaminhados (OE). Ou seja, um dos desafios colocados está na consolidação de uma visão e prática de formação processual, continuada que evite a fragmentação, a descontinuidade, capaz de contribuir para fortalecer o protagonismo e sustentabilidade dos empreendimentos. Mas como romper com a cultura da acomodação (ljuí)? Como a formação pode contribuir para tornar os empreendimentos mais autônomos, e sustentáveis (PF)? Na oficina estadual destacou-se, contudo, que a sustentabilidade não pode ser vista somente pelo aspecto econômico, mas também cultural, ambiental, social, político. “As relações sociais nos empreendimentos fazem parte da sustentabilidade” (OE).
- b) **Uma formação adequada de formadores:** Os agentes formadores, muitas vezes, carecem de preparação sobre metodologias participativas. Em função disso, algumas reflexões nas oficinas avaliaram que em algumas das experiências houve certa fragilidade na discussão do diagnóstico e análise da realidade sobre as demandas de formação. A pouca discussão com os grupos sobre suas reais demandas, em muitos casos, tem levado entidades a propor temas de formação deslocados, ou não adequados às necessidades dos empreendimentos. Outras vezes as demandas se sobrepunham em vez de serem complementares. Enfim, sentiu-se, em muitos casos, um desencontro entre as expectativas e a atividade de formação realizada, fragilizando a relação entre entidades e grupos (OE).



- c) **O local de trabalho como espaço de formação:** Alguns empreendimentos que realizaram atividades de formação integrando a prática no local de trabalho de algum empreendimento - ou algum outro elo da cadeia produtiva - concluíram que se trata de um espaço estratégico para as atividades de formação, sendo a experiência dos recicladores exitosa neste sentido (Vale dos Sinos e Santo Ângelo). A integração do exercício prático no processo de formação confirmou-se como elemento fundamental da metodologia de formação para a EPS, pois a abordagem, tanto dos aspectos mais teóricos como os práticos, precisam estar sempre vinculadas às atividades cotidianas dos empreendimentos (POA). Em vista disso, a troca de experiências com quem já está na caminhada, tem sido percebida como elemento essencial de formação (Ijuí).
- d) **As feiras como espaços potencializadores de processos de formação:** Em diversas oficinas (especialmente PF, SM e Ijuí) foram destacadas as feiras de EPS, ou outros eventos, como fundamentais para a organização e o desencadear de atividades de formação nas referidas regiões. Isso aconteceu quando foi possível planejar, trocar experiências, avaliar, envolvendo grande número de pessoas (SM). Fatores que tornam as feiras espaços de formação: as oficinas que oferece nos dias da feira; as relações e trocas de experiência que oportuniza, sendo que pela permuta de produtos trocam-se conhecimentos e relações de amizade; é uma oportunidade de explicar criações que tenham relação com a cultura local; porque une o aprendizado com o retorno financeiro (valorização do aspecto econômico); pelo processo de reuniões que oportuniza, especialmente na preparação; porque facilita a integração entre a prática e a teoria; pela discussão que oportuniza pela mídia local, tornando-se a feira um fato social que dá audiência aos meios de comunicação (PF). Por detrás desta concepção está uma compreensão de que todos os momentos da prática cotidiana dos empreendimentos podem ser valorizados no processo de formação, desde que haja a combinação da reflexão continuada ou de momentos de aprofundamento sobre questões advindas desta prática (SM).
- e) **Formação para a viabilidade dos empreendimentos no contexto do mercado capitalista:** Toda a formação deve estar ligada aos princípios da EPS, distinguindo claramente a diferença entre a economia capitalista e a EPS (SM). Foram indicadas profundas diferenças entre a formação praticada pelo sistema “S” e o que se quer para a EPS (POA) e com isso questionou-se a participação em eventos de capacitação técnica e profissional daquele sistema. Contudo, constataram-se diversos empreendimentos que participaram destes cursos, especialmente na aquisição de técnicas produtivas, mas também na área da gestão administrativa. Estes defendem que é preciso usufruir a capacitação oferecida em diferentes espaços, desde que se tenha claro como utilizar os aprendizados, ou seja, de acordo com os princípios da EPS. Deste modo, continua a tensão do que e como fazer enquanto não se consolida uma rede autônoma de formação que contribua na qualificação dos empreendimentos para desenvolver estratégias de distribuição e trocas enquanto economia popular solidária, inclusive para disputar espaço na economia capitalista. Como preparar-se para a inserção no mercado capitalista, sem abrir mão de princípios básicos que fazem a diferença entre os dois modelos de economia. Foi afirmado que a multiplicação, fortalecimento e viabilidade de alternativas econômicas geridas por empreendimentos solidários em conformidade com os princípios da economia popular solidária se constituem em condição necessária para a afirmação e consolidação da EPS como uma estratégia de desenvolvimento e de alternativa econômica e política em contraposição ao modelo capitalista (OE).
- f) **A incorporação de atividades lúdicas aos processos formativos:** Os membros dos empreendimentos, muitas vezes, não conseguem acompanhar ou aproveitam pouco dos cursos de que participam. Em vista disso, algumas experiências positivas, como jantares ecológicos e bailes da EPS, comprovaram a importância de incorporar elementos artísticos, estéticos e lúdicos como elementos metodológicos. Uma atividade lúdica viabiliza oportunidades e momentos importantes de divulgação e reflexão sobre a identidade,

princípios, experiências e resultados da EPS. A maioria destas atividades pode envolver as comunidades onde estão localizados os empreendimentos de EPS, gerando uma importante integração capaz de contribuir na sustentabilidade dos mesmos (PF).

- g) **Trabalho de formação em escolas:** Uma estratégia metodológica para trabalhar a proposta e princípios da economia popular solidária de maneira massiva foi reconhecida na prática do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos de Passo Fundo - que atua com professores de Escolas, em torno da merenda escolar, a partir do consumo de produtos ecológicos da Economia Solidária, envolvendo as secretarias dos municípios – e na Escola dos Assentados de Jóia, onde a proposta da economia solidária é trabalhada com envolvimento das famílias, a partir de temas como segurança alimentar e agricultura familiar (PF e Ijuí).
- h) **Relação pedagógica entre entidades e empreendimentos:** Constatou-se a carência de espaços mais permanentes de intercâmbio e debate entre grupos e entidades (Caxias). Esta interação é fundamental para identificar as reais necessidades de formação dos empreendimentos, pois frequentemente são as entidades, de forma isolada, que acabam por definir o que executar em termos de formação (VS). Para que a formação como processo, e não como oferta de atividades isoladas, seja possível, faz-se necessário, o diálogo permanente entre entidades e empreendimentos (OE).

No Vale do Sinos, aparece o esforço do Fórum Regional de EPS em planejar coletivamente as atividades a partir de uma discussão conjunta das necessidades de formação na região. O Fórum pretende ser, assim, um articulador e planejador da formação para a região, intensificando o diálogo entre as entidades em conjunto com os empreendimentos, em vista de chegar a ações mais articuladas na formação (VS).

- i) **Processos iniciais de preparação de grupos de EPS (incubadoras universitárias):** A incubagem é vista como um processo permanente de acompanhamento direto, o que permite identificar as carências formativas dos empreendimentos. O tempo curto e descontínuo dos projetos anuais dificulta o planejamento e preparação das atividades e dos processos de formação, comprometendo os seus resultados, tanto no que se refere a sua metodologia e efetiva qualificação dos participantes, como a eficácia no uso de recursos públicos (Sul).

O marco legal igualmente tem sido um entrave para a viabilidade dos empreendimentos. Qual o modelo de formalização mais adequado para os grupos (Sul)? Qual o tempo de incubagem mínima para um empreendimento tornar-se autônomo?

Pelas experiências já realizadas, as incubadoras já acumularam aprendizados que lhes permitem qualificar propostas de políticas e metodologias de incubagem. Mas também continuam a se defrontar com desafios relacionados a como estabelecer e trabalhar os tempos de incubagem para não estabelecer tempos limitados demais que inviabilizam um processo adequado e necessário de amadurecimento individual dos integrantes de um grupo e da estruturação das suas atividades e da sua formalização enquanto um empreendimento solidário e nem trabalhar com tempos excessivamente flexíveis que não desafiam os grupos para a estruturação e planejamento das suas atividades enquanto empreendimento solidário formalizado e com capacidade de constituir e assumir a sua autonomia.

**Um exemplo prático** contado por uma das participantes da Oficina de Ijuí (Vera da UNICOOS). Em um dos grupos de discussão sobre a metodologia de incubagem de empreendimentos solidários, Vera fez uma relação com a ação educativa de um/a instrutor/a de condutores de veículos automotores. Primeiramente ele/a pergunta ao novo/a motorista o que ele/a já conhece do veículo e se tem ou não alguma prática de direção. A partir disso que o/a motorista já sabe, segue explicando coisas básicas necessárias para formar um/a boa motorista e passa

imediatamente a direção para a pessoa aprendiz. Caso contrário, ficaria a vida inteira mostrando como dirigir e o/a aluno/a nunca estaria preparado/a para assumir a direção. A atitude correta do/a instrutora/a é acompanhar para observar, dar as dicas necessárias, orientar. Mas quem tem que agir, assumindo a direção é o/a motorista. É claro que o/a instrutor/a tem algum mecanismo de segurança que o carro apropriado oferece e que ele pode lançar mão em caso de algum risco de acidente. Porém, gradativamente, ele/a vai dando autonomia ao/a aprendiz para que ele/a saiba, ao final do período previsto (seria o tempo de incubagem), andar sozinho/a, sem a dependência permanente de um/a instrutor/a (técnico/a da incubadora).

Uma adequada metodologia de incubagem (ou mesmo de acompanhamento / assessoria) pode trilhar um caminho e passos semelhantes na relação com empreendimentos incubados/acompanhados.

- j) **As instâncias de definição metodológica e as redes:** Os fóruns regionais e municipais, os fóruns setoriais (como os da reciclagem), os fóruns intra-instituição (como os da Cáritas), redes de comercialização (teias), redes de agroecologia (Ecovida), Unitrabalho, Coredes, redes de incubadoras, entre outras, são as instâncias de articulação de que as entidades participam. Observamos que, em geral, as entidades têm vários espaços de integração, na maioria dos casos, estendendo-se para outros estados do país. Existem entidades como a UNISOL, cujas atividades de formação são definidas nacionalmente priorizando, preferencialmente, empreendimentos já consolidados (POA). Em geral nessas atividades de âmbito nacional ou estadual dá-se uma atuação em rede, cuja experiência foi indicada como significativa nos processos de formação. Os empreendimentos do setor de reciclagem e do Movimento dos Trabalhadores Desempregados revelaram inúmeras atividades de formação realizadas, sendo, em geral, ligadas a articulações mais amplas das quais estes setores participam (Caxias). A dinâmica de formação das redes trouxe um conjunto de questões ao debate, principalmente pelo desafio e necessidade de combinar a qualificação dos resultados econômicos com os objetivos políticos da organização de uma rede de EPS (POA). Mas como avançar com as redes articuladas com o Fórum Gaúcho de EPS, tendo presente o contexto do mesmo (Sul)?

- l) **Uma experiência de “metodologia da alternância”.** Além do que apareceu nas oficinas e nos instrumentos de sistematização respondidos, foi mapeada uma experiência (através de uma entrevista) que parecia significativa, embora não tenha surgido, especificamente, da e para a economia popular solidária. Trata-se da *metodologia inspirada na “pedagogia da alternância”*.<sup>9</sup> A escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra inspirou-se nesta metodologia que oportuniza a alternância com momentos sistemáticos de formação e a prática do que estão aprendendo; e por sua vez levar sempre os desafios da prática para serem aprofundados. Metade do tempo se dá em curso intensivo com estudo em tempo integral (70 dias de internato), e outra parte do tempo de atividade prática (75 dias de campo), na sua comunidade (família). Para um programa de formação mais sistemático, sugere-se conhecer melhor e inspirar-se em experiências como esta; inclusive em função da intensidade com que apareceu no processo de sistematização a idéia da formação no espaço de trabalho.

### 2.2.3 Conteúdos da formação

Como as diversas atividades formativas desenvolvidas têm enfrentado a complexidade das lacunas de formação por parte de uma nova geração de trabalhadores, agora autogestionários? A

<sup>9</sup> A Pedagogia da Alternância surgiu na França e está presente hoje em mais de 50 países. Prioriza a educação ligada à comunidade, onde a família contribui na definição curricular e caracteriza-se pela alternância entre a formação intensiva (internato – chamado originalmente de Casa-Lar, no Rio Grande do Sul a inspiração foi a Casa Familiar Rural) e um tempo de inserção no exercício das atividades práticas junto à família/comunidade.

grande maioria das entidades indicou não ter uma especialização, um foco, dentre os vários campos da formação para a economia solidária. Ao contrário, elas têm desenvolvido atividades de formação em diferentes áreas – da capacitação profissional à formação político-ideológica, passando pelos temas econômicos, os que envolvem relações pessoais e solidárias, mística e espiritualidade e vários outros. Um dos fatores responsáveis por esta variedade de focos pode ser o número limitado de entidades nas regiões e que por isso precisam desdobrar-se para atender uma demanda tão variada e eclética de formação. Em certas situações, o motivo desencadeador das atividades formativas foi um evidente reconhecimento quanto a carências na compreensão de temas-chave relacionados à economia popular solidária: compreensão dos princípios, qualificação da gestão (autogestão) dos empreendimentos ou suas equipes, preparação para melhorar as relações entre participantes de feiras, e a busca de propostas para uma alimentação saudável, etc. Na visão dos empreendimentos, os grupos novos precisam de integração e troca de experiência com quem já está na caminhada. Num segundo momento seguem-se as demandas em torno de temas econômicos como comercialização, crédito, entre outros.

Em síntese, as respostas ao roteiro de sistematização indicam que as entidades têm sido desafiadas a aportar formação para um grande universo temático desdobrado em questões:

- econômicas - viabilidade econômica, comercialização, crédito;
- sustentabilidade (ambiental) - agroecologia, preservação e educação ambiental, alimentação saudável, desenvolvimento local;
- marco legal (leis para a EPS) - estatuto, regimento e estrutura jurídica;
- políticas públicas - ações junto a prefeituras, estados e governo federal;
- gestão - democracia, controle administrativo, participação;
- qualificação da produção - o que é qualidade, higiene, separação correta de resíduos (reciclagem), embalagem e rotulagem;
- relações pessoais - convivência interna, conflitos pessoais, relações solidárias;
- místicas e espiritualidades;
- formação política geral - o que é o estado, as classes sociais, a sociedade capitalista;
- entre muitos outros exemplos.

Nas reflexões das oficinas foram destacadas algumas tensões no que tange aos focos da formação, bem como conflitos nas relações de poder, de gênero.

- a) **Tensão entre necessidades imediatas x questões abrangentes; entre o econômico (técnico) e o político (finalidade da EPS):** Os conteúdos e metodologias, em certos casos, não atendem às necessidades e carências de demandas. Alguns empreendimentos indicaram a necessidade de uma formação focada para as questões legais – legislação, crédito, etc (ljuí). Mas ligada a esta, destacou-se, igualmente, a importância da formação ligada a objetivos econômicos para viabilizar empreendimentos. Para estes, as questões imediatas, como a qualificação da produção e da comercialização são uma demanda prioritária no processo de formação. Mas há uma carência de orientações e instrumentos de produção, comercialização e gestão adaptadas a EPS (POA).

Constatou-se, por outro lado, que as entidades tendem a oferecer temas mais abrangentes, como os princípios e identidade da EPS e da agroecologia, apontando mais para o projeto político e sentidos da EPS. Positivamente, esta perspectiva deu ênfase à produção e consumo de produtos agroecológicos, junto com a educação para a mudança de hábitos alimentares, envolvendo produtores e consumidores (PF).

De outra parte, constatou-se, algumas vezes, um excesso de conteúdos nos cursos. Em geral, os conteúdos de ordem econômica, têm sido tratados de forma ainda frágil. Falta um conhecimento integral da produção, gestão e comercialização, ou seja, da cadeia produtiva como um todo, por parte de formadores (OE). Existe uma dificuldade para conjugar a dimensão política com a técnica, bem como atender demandas específicas relacionadas às questões amplas (princípios...). Em alguns casos, acaba se estabelecendo uma dicotomia entre técnicos, que muitas vezes não têm visão política e linguagem afinadas com a EPS e, do outro lado, educadores/as populares não preparados/as para trabalhar a parte técnica (OE). Na tentativa de juntar o ideológico e o econômico, tensões e conflitos estarão presentes sempre. “Às vezes, quando as entidades definem os seus calendários de atividades, lhes falta sensibilidade para perceber os momentos do empreendimento, quando ele pode, ou não, parar a produção para participar de algum curso, por exemplo” (OE).

Mas a questão de fundo é: como juntar as questões práticas com os princípios da EPS? As entidades se preocupam para que os empreendimentos não fiquem somente voltados sobre o econômico, mas que, junto com a satisfação das necessidades, possa haver uma compreensão da sociedade e compromisso com a transformação social: um outro modelo de desenvolvimento, relações igualitárias de gênero, superando o machismo e a vivência de relações democráticas em todos os níveis. “Não queremos somente uma alternativa de renda, mas também uma outra forma de organização social” (OE).

Contudo, foram destacadas algumas experiências de formação bem positivas (menos “conteudistas”), realizadas por entidades e empreendimentos, que conseguiram articular questões básicas ligadas à viabilidade econômica e ao mesmo tempo formar para a gestão democrática e participativa. Tais experiências podem ser inspiradoras para a continuidade da formação (POA).

- b) **Relações/conflitos de gênero:** As relações não igualitárias e anti-democráticas entre homens e mulheres geram muitos conflitos e têm sido pouco trabalhadas nas atividades de formação (OE). Não houve uma discussão maior sobre esse ponto, mas possivelmente ainda haja alguns tabus para enfrentar uma cultura tradicional (machista, de desvalorização da capacidade da mulher, etc.) presente na cultura dos associados dos empreendimentos. Em que medida, as condições de desigualdade no exercício do poder, na remuneração, na partilha da coresponsabilidade e outros benefícios, já estão sendo afirmadas por um pacto solidário entre mulheres e homens?

#### 2.2.4 As motivações para a participação nas atividades de formação

Na avaliação das entidades, no que se refere à motivação para a realização das atividades de formação, boa parte das respostas indicou a articulação anterior entre entidades, grupos, empreendimentos, sindicatos..., como fator favorável ao diagnóstico de necessidades e ao encaminhamento de processos formativos. Assim, podemos dizer que estes últimos realmente partiram de relações mais consolidadas entre entidades e empreendimentos, e que, em geral, houve um processo anterior de amadurecimento desta necessidade. Nestes casos, tem se estabelecido uma relação local que, em cidades ou regiões, foi criando ou consolidando parcerias entre entidades e trabalhadores/as.

A motivação para participar, por parte dos empreendimentos, indica também a necessidade de planejamento de atividades na região. É freqüente o desejo de ter mais organização para avançar e crescer, vinculando isto à busca de um novo conhecimento, ao trabalho articulado, à procura de experiência. Já entre os recicladores, surgiu a indicação da necessidade de antecipar-se às questões conflitivas que comumente surgem entre as associações, bem como entre os membros de cada um dos empreendimentos. Entre empreendimentos do meio rural, foi indicada a busca de qualificação da comercialização, a importância de dar viabilidade econômica à produção familiar, a intenção de desenvolver a cooperação agrícola e o despertar de aptidões para a produção/vida rural entre os jovens.

Em alguns casos parece haver uma indução por parte de entidades que exigem a participação dos grupos por elas apoiados financeiramente em momentos de formação. Tal prática pode ser um fator de motivação, desde que ultrapasse a obrigação moral de simplesmente participarem como se estivessem devolvendo um favor pelo benefício recebido das mesmas.

Nas oficinas apareceram diversos aspectos que tem dificultado a participação dos membros de empreendimentos em atividades de formação, ratificando questões já mencionadas e trazendo outras.

- a) **Fatores que dificultam a participação:** Constatou-se uma clara dificuldade para os membros “de base” dos empreendimentos (os que não são lideranças) em participar das atividades de formação (Ijuí). Um dos fatores desmotivadores, em alguns casos, tem a ver com a oferta, pelas entidades, de conteúdos não solicitados ou que não interessam aos empreendimentos. Em outros, a época e os dias impróprios para os empreendimentos se afastarem da produção tem sido apontadas como dificuldades. E por vezes pesam as duas coisas; entre outras razões (Ijuí).

**Quem arca com o ônus das horas de trabalho não remuneradas?** Geralmente os/as gestores de órgãos públicos e de entidades recebem salário incluindo as horas dedicadas à formação, ao passo que os membros de empreendimentos, em geral, não são remunerados pelo tempo que não trabalham no empreendimento(OE). Ligado a esta questão, foram relatados alguns conflitos que ocorrem no interior dos empreendimentos em relação à participação nas atividades de formação. Em poucos casos, o empreendimento consegue garantir a mesma ou parte da remuneração das horas, havendo um estímulo maior à participação. Neste caso, há práticas em que se exige o compromisso, dos que participaram, partilhar com os demais membros do grupo que ficaram na produção, o que aprenderam. Mas, em função desta exigência, observou-se, também, que algumas pessoas, e às vezes as que mais precisariam participar de processos formativos, acabaram preferindo ficar na produção por sentirem medo, insegurança para dar conta dessa partilha. Como fazer para que a possibilidade de participação em eventos formativos seja de fato democratizada e seja um retorno para o coletivo do empreendimento e não apenas um aprendizado individual?

- b) **A relação formação e resultados econômicos:** Normalmente os empreendimentos se formam a partir da necessidade da sua sobrevivência; portanto, premidos por interesses imediatos. Em função disso, muitas vezes a participação em atividades de formação é condicionada a trocas de vantagens: “o que eu vou ganhar”? Notou-se uma tendência de maior participação em atividades que se propõe a viabilizar algum tipo de retorno, especialmente econômico (OE). As possibilidades de retorno econômico nas feiras mobilizam e predispõem os empreendimentos a participarem de atividades de formação relacionadas às feiras. Estas apresentam um potencial formativo pela motivação econômica (Ijuí). “Participamos da formação, em primeiro lugar para vender mais; e também para aprender...” (participante da oficina de PF).

Em contrapartida, a não participação de muitos empreendimentos em atividades de formação, mesmo que estas tenham sido planejadas com a participação de representação dos mesmos, possivelmente indique a não percepção de um retorno mais imediato em termos de compensação financeira (PF). Mas é possível, também, que o interesse de empreendimentos em

participar apenas para conseguir espaços de comercialização, tenha sido um fator desmotivador e, inclusive, de enfraquecimento dos fóruns regionais. Com isso fragilizaram-se, não somente os processos formativos, mas toda a proposta da EPS. Destacou-se, ainda, a necessária sensibilidade para perceber os contextos dos associados de muitos empreendimentos. Por exemplo, “como trabalhar um projeto político com alguém que tem que puxar carrinho o dia inteiro para ter o que comer de noite” (OE, expressão de uma participante).

### 2.2.5 Formação para o processo organizativo

- a) **Um marco legal inadequado para EPS:** O atual marco legal (legislação das cooperativas) é considerado inadequado e tem sido um empecilho. Experiências de grupos de geração de trabalho e renda surgidas de ações assistenciais e com público excluído carecem de estruturas legais menos burocráticas para se viabilizarem (POA). Eis o desafio que deve estar contemplado na formação: Os empreendimentos e entidades devem insistir na busca de uma “institucionalidade” da EPS - marco legal, política de crédito, etc, - diferenciando-a como *outra economia* (SM).
- b) **A legalidade ainda não é tratada como parte da sustentabilidade:** Na fase inicial, a formação deveria privilegiar o processo organizativo. Há experiências positivas e negativas no que tange a relação entre organização e marco legal e que precisam ser debatidas pelas entidades. Talvez possa ser uma tarefa da rede de formadores.
- c) **O limites de uma cultura clientelista e de dependência:** Esperar as “coisas prontas” das entidades tem sua origem em heranças culturais paternalistas presentes, tanto nos empreendimentos, quanto nas entidades e gestores públicos. O comportamento aprendido foi o de ser empregado e não gestor (sujeito com iniciativa, autonomia, protagonismo), além de outras razões históricas. Tal situação se agrava quando práticas assistencialistas continuarem sendo alimentadas, fortalecendo a dependência das pessoas dos empreendimentos que não se rebelam contra tais situações. Vale a observação de que, de certa maneira, empreendimentos que hoje são clientelistas, também são “crias” das entidades que aí estão. Como o processo educativo pode contribuir para romper com este círculo vicioso, profundamente arraigado na cultura de determinados empreendimentos, entidades e gestores públicos? (OE).

### 2.2.6 Formação para políticas públicas

Respondendo ao roteiro de sistematização, em relação ao tema das políticas públicas, entidades e empreendimentos têm abordado também um grande número de questões. São temas técnicos, que vão desde a compreensão da legislação, integração com vigilância sanitária local, até questões de articulação mais ampla com ações governamentais, como, relação com Ministério de Desenvolvimento Agrário ou gestores públicos locais. Um dos focos é a captação de recursos públicos, incluindo a reflexão sobre grandes projetos, seja na área da segurança alimentar, biodiversidade, agroecologia, etc. Há uma clara inflexão pela participação e disputa por ampliação de políticas públicas, especialmente em grupos e entidades do interior do estado. Algumas destas propostas visam desenvolver eventos formativos de alteração da legislação, de simplificação dos procedimentos burocráticos governo-sociedade, bem como de incentivo a políticas de alfabetização e inclusão social, necessidades concretas para vários empreendimentos de economia popular solidária.

- a) **Necessidade de maior preparação:** Há pouca preparação dos participantes dos empreendimentos para entender minimamente o funcionamento da “máquina estatal” e para propor, exigir e acessar políticas públicas. Ou seja, faltam atividades e processos de formação sobre a compreensão e organização da participação permanente em espaços institucionais públicos e sobre a construção e institucionalização de políticas públicas (Sul). Em muitas atividades de formação constam na programação as políticas públicas. Mas na

maioria delas a abordagem concentra-se em informes sobre políticas já existentes e sobre a necessidade da sua existência. Constata-se uma falta de propostas claras de como os empreendimentos da EPS podem intervir nas políticas públicas. Um sinal disso é a ausência de um intercâmbio no debate, bem como, a inexistência de uma articulação entre os apoios financeiros para as feiras regionais e as consideradas de cunho estadual no RS (PF).

- b) **Experiência das entidades no acesso a programas de financiamento:** Apenas algumas entidades demonstraram um acúmulo em termos de experiência conquistada no acesso a programas de financiamento governamentais (como é o caso da Associação ASTRAF da região de Santa Rosa). Possivelmente existam outras, mas tais práticas e saberes de domínio dos processos de acesso a recursos públicos ainda não estão sendo devidamente conhecidos e partilhados. Seria de suma importância para o processo de formação possibilitar seminários de troca de experiências entre as entidades que já trabalharam com recursos público (estatais)

### 2.2.7 Articulação das entidades em torno da formação

- a) **Ampliação da articulação entre entidades:** Constatou-se que a articulação entre as entidades ainda é muito frágil, com pouca troca de experiências que potencialize esforços e recursos que, na maioria dos casos, são insuficientes. Além disso, percebeu-se que a sobreposição de agendas, de temas, etc, em grande parte, se deve à falta de intercâmbio e integração (Ijuí, PF, VS). Em diversos casos, estão voltadas demasiadamente sobre seus interesses. Predomina a competição entre elas. Utilizam metodologias e concepções diferentes, apesar da semelhança de conteúdos (OE). Assim, também, a maior articulação de entidades tem se dado em torno do processo das feiras regionais e estaduais.

A articulação da formação de empreendimentos por setores ou ramos de atividades aparece ainda muito frágil, a não ser alguns processos construídos pelos recicladores (especialmente do Vale do Sinos). Os fóruns regionais poderão ser espaços para avançar em programas de formação mais articulados. Na Oficina Estadual uma das participantes considerou que talvez estejamos num momento de transição: numa nova fase de agregação, de sair do isolamento para fortalecer a EPS no Estado e no País, com apoio do governo federal. Se até agora houve pouca intercomunicação entre as entidades (do que e como cada uma faz), podemos, contudo, valorizar o que fizemos até agora e avançar no processo de articulação.

Um maior intercâmbio entre as incubadoras também poderia fortalecer o processo de institucionalização do apoio à EPS nas respectivas universidades (Sul).

- b) **Articulação com as universidades e construção conjunta de conhecimento:** A relação entre entidades e empreendimentos com as universidades que apóiam e trabalham com a economia popular solidária poderia articular saberes populares com conhecimentos acadêmicos, desde que se rompesse com a dicotomia existente. Em geral, os quadros de professores ou pesquisadores das universidades estão alienados das realidades da população envolvida na EPS. Ao mesmo tempo, por parte dos empreendimentos há, muitas vezes, certa rejeição aos saberes acadêmicos. “Com a educação popular chegamos ao campo da economia, mas ainda não conseguimos chegar a uma metodologia suficientemente adequada para produzir conhecimento nesse novo campo”. É preciso ir abrindo brechas e avançar numa relação complementar (OE).

Um dos caminhos concretos para avançar nesta parceria é a possibilidade do encaminhamento de pesquisas sobre os pontos relevantes levantados nesta sistematização de experiências de formação. O avanço na investigação não dispensa o papel das Universidades, numa relação de entre-ajuda com outras entidades de educação popular que atuam no campo da economia popular solidária.



### 3 Indicativos e proposições para a continuidade

Antes de trazer algumas proposições, cabem, ainda, algumas ponderações que valorizam, sobretudo, a opinião dos representantes de entidades e empreendimentos no que tange aos resultados da formação percebidos em termos de aprendizados. Por parte das entidades, os destaques indicaram questões mais abrangentes, como: maior relação com políticas públicas, maior articulação e visibilidade social, crescimento da conscientização política, maior compreensão do processo produtivo, desafios à gestão e viabilidade econômica. O resultado prático foi menos destacado pelas entidades, a não ser o caso que relaciona o processo de formação com as feiras ou outros eventos práticos.

Já para os empreendimentos, a compreensão quanto à aquisição de novos conhecimentos, indica com maior ênfase o resultado concreto: “qualificou os materiais, abriu mercados, tirou do isolamento, re-organizou o grupo, melhorou a participação coletiva”. Tal ênfase corresponde às necessidades imediatas e práticas dos empreendimentos. Em contrapartida, os demais temas estão igualmente bem destacados como resultados positivos da participação em atividades de formação: “o fortalecimento da gestão cooperativada, a reorganização do grupo ou sua formalização, o crescimento da participação, a melhoria dos relacionamentos pessoais na gestão...” Não há, portanto, uma contradição na avaliação dos empreendimentos e entidades. Mas há, sim, um foco, ou um ponto de partida sabiamente presente nos depoimentos dos membros de empreendimentos: a valorização do econômico, a primazia da ação, o ponto de partida da experiência para a compreensão das questões propostas.

Os empreendimentos fizeram diferentes avaliações sobre os processos formativos de que participaram, sendo em geral positiva quanto às metodologias e dinâmicas. Esteve muito presente, no roteiro de sistematização, como fator positivo, a troca de experiência entre os grupos. Ou seja, a presença de diferentes empreendimentos apresentando sua história, seus problemas, seus avanços e dificuldades, tem sido uma forma muito concreta de enxergar-se e confrontar caminhadas. O confronto com a realidade cotidiana dos empreendimentos torna a compreensão clara e o debate mais intenso e envolvente.

Alguns empreendimentos indicaram a preocupação com a linguagem utilizada por determinados formadores; às vezes era clara, em outros momentos confusa, difícil. Houve referências à experiências de preparação anterior do tema, com alguma leitura ou debate entre o empreendimento sobre o que ia ser tratado na atividade de formação. Indicou-se tal procedimento como recomendável. Em certos casos, contudo, foram indicadas situações negativas como a falta de aprofundamento, o excesso de exigências, o surgimento de constrangimentos em razão de cobranças ou críticas, dinâmicas que não favoreceram a participação, situações de pouca organização da atividade e outras. Tais questões deverão ser levadas em conta na continuidade.

Na Oficina Estadual algumas pessoas ponderaram que o cenário da EPS exige uma diversidade de ações e metodologias, até em função das diferentes realidades. Tal fato pode dificultar o encaminhamento de um projeto conjunto. Mas não houve posição contrária à possibilidade de um projeto estadual de formação. Sugere-se a composição de um GT de formação em EPS, valorizando acúmulos, sob responsabilidade do FGEPS, integrando empreendimentos e entidades. Ainda não há um consenso sobre a participação de gestores. Alega-se a dificuldade prática da continuidade em função da rotatividade dos mesmos, por vezes durante o mesmo mandato. Por outro lado, como não envolver os gestores se a perspectiva é contribuir na construção de uma outra forma de Estado? Talvez estrategicamente deveria haver uma ligação com a rede de gestores para não deixar setores sensíveis do Estado de lado. Na disputa política, como barganhar o Estado para os interesses da economia popular solidária (OE)?

Por consenso, a Oficina Estadual definiu que cabe ao GT formular um projeto de formação de formadores e multiplicadores,<sup>10</sup> - envolvendo empreendimentos, entidades, gestores públicos, - voltado para as reais necessidades dos empreendimentos, de acordo com as regiões. Uma política de formação precisa ser construída e assumida pelos Fóruns.

Foram sugeridos alguns **indicativos orientadores**:

- a) Se for viabilizado um projeto estadual, sugere-se a possibilidade da formação por segmentos, ou setores; articulando e planejando a formação por região, priorizando a formação nos locais de trabalho (ljuí).
- b) Uma formação crítica em torno da prática precisa sustentar o processo de conscientização para a vivência da solidariedade, garantindo a visão política, ideológica e as relações democráticas. A formação, como processo, progressiva e permanente deverá articular pelo menos três eixos:
  - Formação integral, abrangente – compreensão da EPS, (princípios etc.) relações internas, “consumidores”...
  - Organização – formas de organização (marco legal), autogestão dos empreendimentos e articulação entre eles... com vistas ao seu protagonismo – superação da dependência;
  - Capacitação - Qualificação técnica e produtiva, com questões técnicas relacionadas à produção e comercialização que garantam a viabilidade econômica (PF).
- c) Existe uma necessidade de formação de educadores/formadores (POA), juntamente com a organização da rede de formadores, com articulação regional (SM).
- d) Foi indicada, também, a necessidade de qualificar a formação de gestores solidários – multiplicadores (“lideranças” democráticas e não centralizadoras de poder e conhecimento) para a coordenação de empreendimentos e de fóruns de EPS (POA, Sul), dentro dos princípios e práticas de EPS, envolvendo empreendimentos, entidades e gestores públicos com representação das regiões e segmentos produtivos (OE). Em vista disso, indicam-se basicamente três demandas:
  - (1) processos de formação iniciais para grupos novos;
  - (2) qualificação da gestão democrática junto aos grupos já existentes;
  - (3) formação de multiplicadores com capacidade de coordenar grupos, fóruns municipais e regionais, além de contribuir nos processos de gestão dos empreendimentos na parte administrativa, organizacional e aperfeiçoamento dos processos de produção.

<sup>10</sup> O indicativo da OE é de que um novo Projeto deve priorizar, através da constituição de uma rede de formadores, a formação de formadores (com referência em pessoas que hoje já trabalham com formação nas entidades) e de multiplicadores (com referência em pessoas de empreendimentos com condições de repassar experiências de gestão e orientações em relação a estratégias de produção e comercialização para outros empreendimentos) de economia popular solidária. Uma reflexão na OE fez uma distinção entre “lideranças” e “multiplicadores”. Em vez de utilizar o termo liderança, que contradiz os princípios da educação popular, a questão é formar para a autogestão e o protagonismo, associados democráticos que assumam a organização e o trabalho com solidariedade, autonomia e co-responsabilidade, superando os vícios da cultura capitalista (dependência, competição...). Esta reflexão da OE coloca para o conjunto da EPS a necessidade de estabelecer a sua compreensão e as referências práticas sobre liderança, coordenação, autoridade e práticas autoritárias.

Apontou-se ainda a necessidade de preparar professores/as para levar a discussão da economia popular solidária às escolas (PF).

- e) *Quanto à metodologia*, a formação deve trabalhar de forma adequada à organização e formalização do empreendimento e sua viabilidade econômica enquanto EPS, tendo como foco o trabalho. Nestes termos, a metodologia deve articular o aspecto econômico, o social, o político e o cultural, ligando a viabilidade do empreendimento com as questões estruturais. Não pode perder de vista o horizonte, mas precisa partir dos limites e possibilidades (OE). Deve incluir os princípios éticos, pessoais, profissionais; os valores humanos, a cidadania, a auto-estima, a identidade da EPS, especialmente, em razão das seqüelas de desumanidade decorrente da situação de desemprego e pobreza (Caxias).

Em outras palavras, a formação deve proporcionar orientações e instrumentos de produção, comercialização e gestão adaptada a EPS (POA), com vistas à viabilidade econômica e sustentabilidade, que deve estar contemplado no projeto político (cultural, ambiental, social...). Mas quem deve dar a direção da formação são os empreendimentos. Aos educadores/as cabe ouvir e dialogar com os grupos; romper com os métodos de tirar o lugar dos empreendimentos, deixando a eles a oportunidade de aprender a fazer na prática (OE).

- f) O conjunto de reflexões realizadas nas oficinas regionais e estadual converge para o indicativo de uma formação para a EPS a ser realizada num processo permanente, onde as trocas e reflexões sobre as experiências nas suas atividades cotidianas de trabalho, na relação com conteúdos a serem definidos e abordados com base na compreensão e vivências dos princípios, objetivos e identidade da EPS; ou seja, a formação deve contribuir efetivamente para viabilizar empreendimentos econômicos solidários com vistas a conquista de uma vida digna e mais feliz por meio desta alternativa de trabalho e renda coletivamente construída.
- g) Um projeto de formação continuada precisa garantir a capacitação dos empreendimentos para a proposição de políticas públicas, intervenção em espaços institucionalizados (conselhos, comissões, grupos de trabalho) e nos orçamentos públicos e acesso a políticas públicas (Sul).
- h) Valorizar a perspectiva da produção agroecológica e questão ambiental que já está, em grande visibilidade, assumida nas concepções e práticas de formação da economia popular solidária.
- i) Sugere-se uma maior articulação entre as entidades para clarear concepções, afinando a metodologia com os princípios da EPS; organizar eventos com a mesma linguagem, combinando recursos conjuntos (vídeos, cartilhas...). A formação atende as necessidades quando o projeto é conjunto entre as entidades, empreendimentos e comunidade (OE).
- l) Um dos desafios está voltado para a necessidade da realização de atividades de formação que estimulem e permitam a participação do maior número possível de sócios ou participantes de cada empreendimento. Por tratar-se de pessoas que precisam trabalhar e ganhar para sobreviver, é fundamental que se pense em uma política que remunere as horas dos/as participantes/as, no período de formação. Isso pode favorecer um clima de preparação co-responsável das pessoas, para participarem da atividade e trazerem um retorno do que aprenderam ao seu empreendimento (ou mesmo respectivo fórum), em vista do aproveitamento coletivo dos aprendizados (OE, VS).

Ao final das questões acima sintetizadas, vale destacar a reflexão de Cláudio Nascimento, da SENAES, presente na Oficina Estadual. Enfatiza que a intenção maior é a construção de uma política de formação com a participação de todos os estados; algo parecido com fez o movimento sindical. *“Na EPS acontece um processo de construção de um sujeito social novo, fora dos padrões da propriedade*

*tradicional e do sistema de assalariamento. É um processo de autogestão, com toda a sua diversidade. Os empreendimentos devem ser o ator principal desse novo sujeito coletivo. A formação tem que traduzir esse projeto político. Não ter o aperreio da pressa. A história construída por uma gama de centros de educação popular nos instrumentaliza para recriar uma metodologia adequada para o processo de formação na EPS. A universidade tem o papel da pesquisa que as ONGs não vão fazer. E a gente tem que se apropriar do conhecimento que é produzido na EPS, para não somente a academia usufruir do conhecimento presente no meio popular. Deve ser um processo dialético”.*

E destaca, ainda, o representante da SENAES que o nascimento internacional da EPS como sujeito político aconteceu no Fórum Social Mundial. Como vai caminhar o processo daqui pra frente, especialmente na área da formação? Trata-se de algo aberto e ainda por definir o caminho. Poderá ser um sistema nacional de formação?

### **3.1 Propostas para “aditivo” ao atual projeto e formação**

Aprovada na Oficina Estadual, a proposta de um “Termo Aditivo”, ficou na responsabilidade de ser encaminhado pela equipe técnica, juntamente com o novo Grupo de Trabalho indicado na Oficina Estadual e referendado pelo FGEPS. A proposta de trabalho para os meses de março e abril/07 foi apresentada à Coordenação do Fórum Gaúcho na reunião do dia 27 de janeiro e, em seguida, encaminhado para a SENAES.

#### **Sobre a constituição e trabalho do GT de Formação do FGEPS/RS:**

O grupo foi constituído na Oficina Estadual (OE) a partir de critérios de experiência e capacidade para uma contribuição efetiva, valorizando a contribuição de pessoas de empreendimentos e entidades; um grupo enxuto para possibilitar maior agilidade, pois deverá reunir-se semanalmente nos meses de março e abril. Os integrantes indicados na OE são: Vera Regina Ghilosso Bortolini, Richard Gomes e Roque Spies (pelos empreendimentos), e Ana Mercedes Sarria Icaza, Irmã Lourdes Dill, Márcio Mazón e Helena Bonumá (pelas entidades de apoio). Estes integrantes do GT foram confirmados pela Coordenação do FGEPS. Durante o mês de março constatou-se a impossibilidade da Irmã Lourdes Dill e da Ana Mercedes Sarria Icaza continuar participando das atividades deste GT e foram substituídas pela Terezinha Sallet Ruzzarin, Neusa M. B. Ribeiro e Gilmar Gomes. O GT de Formação, junto com a equipe técnica do projeto, elaborou as propostas para a construção do Termo Aditivo ao atual projeto. Após isso, assumirá a tarefa de elaboração de um Novo Projeto de Formação do FGEPS para os próximos quatro anos, a partir dos indicativos desta sistematização.

#### **Propostas para o Termo Aditivo:**

- 1) Dar continuidade na análise e reflexão sobre os resultados do processo de Sistematização, tendo como referência o conjunto dos participantes (entidades e empreendimentos) das oficinas e respostas aos instrumentos /fichas de sistematização; garantindo a conclusão e a divulgação dos resultados da Sistematização.
- 2) Elaborar um novo projeto a partir dos seguintes indicativos de objetivos e atividades a serem realizadas nos próximos anos:

Criar as condições e animar o funcionamento de uma rede de formadores (com referência em pessoas que hoje já trabalham com formação nas entidades) e multiplicadores (com referência em pessoas de empreendimentos com condições de repassar experiências e orientações para outros empreendimentos) de economia popular solidária. Essa rede poderia ter núcleos regionais, mas articulados e integrados numa rede com um plano estadual. Os formadores e multiplicadores integrariam a mesma rede, embora viessem a desempenhar tarefas diferentes, complementares. Uma referência inicial de número de integrantes desta rede em torno de 30 a 40 pessoas, priorizando como critérios o perfil individual das pessoas, combinado com

alguma participação nos diferentes fóruns regionais. Estes/as educadores/as serão a referência para junto com os fóruns regionais identificar e priorizar as demandas de formação e a avaliação dos resultados alcançados com as experiências realizadas.

Num primeiro ano o projeto poderia priorizar a formação dos/as educadores/as que integram esta rede, qualificando-os para as suas tarefas de formadores e multiplicadores. A partir do segundo ano, além da continuidade da formação dos formadores e multiplicadores, (inclusive ampliação desta rede) poderiam ser realizadas outras atividades experimentais/piloto de formação diretamente com empreendimentos de EPS. Os indicativos das prioridades de formação por setores/ramos, regiões, temas e formas de realização seriam debatidas e priorizadas durante a realização do Termo Aditivo (março e abril/07). Como sugestões de necessidades/demandas de formação por parte dos empreendimentos acredita-se que poderiam ser identificadas algumas, como por exemplo, escolaridade, profissionalização, cidadania, relações pessoais, gestão, viabilidade econômica e formação política. Equipes de formadores deverão ser constituídos para se preparar coletivamente e trabalhar os temas com a participação dos empreendimentos.

O GT de Formação e uma nova equipe técnica poderão sistematizar as metodologias e resultados das atividades deste projeto. E através das ações específicas do GT irão construindo a formatação da renovação ou elaboração de um novo projeto a cada ano. Para finalizar a elaboração deste projeto para os próximos anos propôs-se um encontro mais ampliado com a participação, pelo menos, da coordenação do FGEPS.

Para viabilizar um projeto conjunto, será necessário clarear e dialogar com as entidades a fim de evitar incompreensões, conflitos, duplicidades de projetos individuais das entidades na relação com o projeto coletivo. Pode haver receio por parte de gestores das entidades de aderir a um projeto comum, em função de que isso possa, eventualmente, prejudicar a aprovação de projetos específicos para as entidades. Uma das formas seria garantir, no projeto, uma previsão de recursos para pagar despesas, horas de trabalho e até parte do salário de algum/a educador/a das entidades envolvidas no projeto. De maneira semelhante, vale a preocupação com os/as educadores/as dos empreendimentos, para os/as quais o projeto deveria prever o pagamento das horas de trabalho, além das despesas de suporte (transporte, alimentação, material didático...)

### **3.2 Indicativos para uma política de formação**

Uma das finalidades da sistematização é valorizar o saber já existente em relação às experiências sistematizadas. Em função disso, valorizamos o trabalho já realizado pelo Grupo de Trabalho do Fórum Gaúcho de EPS desde abril de 2004 quando começou a funcionar efetivamente.<sup>11</sup> O GT era integrado por representantes da UNISINOS, ADS-CUT, CAMP e Prefeitura Municipal de POA.

Reunindo o conjunto de atividades do FGEPS, de modo especial a sistematização que se encerra, trazemos algumas constatações que justificam um investimento mais articulado nos processos de formação em economia popular solidária:

- a) a educação é intrínseca às experiências de economia solidária ou esta se descaracteriza na sua proposta política;
- b) a perda de efetividade nas ações de formação e a diversidade de concepções metodológicas têm relação direta com ações fragmentárias, isoladas, ou pelo menos pouco articuladas;

<sup>11</sup> Para iniciar esse processo, o GT listou um conjunto de entidades junto as quais deveria ser realizado um levantamento de informações que indicassem pontos fortes, fragilidades, aspectos específicos e generalizáveis. Na ocasião foram colhidas informações do CAMP, ADS-CUT, PMPOA e FURG. Mas haviam sido indicadas ainda a ANTEAG, CÁRITAS, Escola 8 de março, Unisinos, Governo do Estado e algumas Prefeituras municipais. Os resultados deste trabalho foi aproveitado como subsídio na elaboração de projetos, entre os quais, este de Projeto de Sistematização das experiências de formação em economia solidária executado no período setembro/06 a fevereiro/07.

- c) a concordância em torno da necessidade de elaborar um conjunto de definições para uma política de formação para a economia popular solidária, tendo como base os resultados da sistematização das experiências já existentes, coloca-se como uma possibilidade real de um trabalho de formação mais articulado.

O processo participativo de discussão sobre a prática existente resultou na formulação de algumas propostas para uma política de formação<sup>12</sup>:

**Das finalidades:**

- ser um instrumento de reflexão crítica e de construção participativa da integralidade do trabalhador/a da economia popular solidária como ser humano;
- contribuir para que os trabalhadores/as da EPS possam ter visão crítica do mundo e das relações sociais;
- levar em conta as diferentes necessidades e múltiplas dimensões que caracterizam o trabalhador/a e os seus empreendimentos de EPS;
- incentivar e valorizar a solidariedade e a luta pela igualdade de direitos;
- instrumentalizar os trabalhadores/as de empreendimentos de EPS para fortalecer a viabilidade e sustentabilidade das suas atividades econômicas.

**Algumas proposições:**

- a) A formação precisa considerar o cenário da EPS na relação com a economia capitalista, com a conjuntura política e estrutura do Estado (nível municipal e estadual), a organização da sociedade – sobretudo das forças populares e aliadas - tendo presente a trajetória até aqui realizada, o momento atual, bem como as perspectivas futuras. Para melhor perceber as condições e possibilidades existentes faz-se necessário a articulação entre a realidade do Estado no contexto mundial e as situações regionais e locais.
- b) O maior desafio para o reconhecimento e afirmação da EPS perante o conjunto da sociedade está na sua capacidade de multiplicação e viabilização de alternativas econômicas geridas por empreendimentos econômicos reconhecidamente autogestionários e solidários. A multiplicação e fortalecimento de alternativas econômicas se constituem numa condição necessária para a afirmação e consolidação da EPS como uma estratégia de desenvolvimento e de alternativa econômica e política em contraposição ao modelo capitalista. Isto quer dizer que os empreendimentos de EPS não podem ter como perspectiva e se contentar em somente viabilizar postos de trabalho e gerar alguma renda a partir da sua capacidade de inserção no mercado capitalista. A viabilização sustentável e solidária de alternativas econômicas também se torna no maior desafio de uma política de formação para a EPS. Portanto, a formação para concretizar a sua finalidade precisa priorizar e integrar uma formação política e capacitação técnica voltada para a viabilidade e sustentabilidade de alternativas econômicas de empreendimentos de EPS.

<sup>12</sup> O termo formação refere-se aos processos que contribuem ao ser humano dar uma compreensão integral a todas as aprendizagens articulando um quadro referencial básico que possibilite um agir com sentido no mundo. Esta perspectiva inclui uma interpretação adequada da totalidade do real, ou seja, de uma visão relacional e crítica dos sentidos da natureza, do ser humano (dimensão material e da subjetividade), da sociedade e de um projeto de vida compatível com esta visão.

- c) Os programas de formação (a partir dos seus gestores, isto é, entidades ou educadores/as) devem articular o conjunto das forças já comprometidas com a economia solidária bem como conquistar novas entidades da sociedade civil e gestores públicos com disposição e potencial para integrar o processo. Coerente com uma metodologia participativa, os programas ou projetos devem ser assumidos conjuntamente na sua elaboração, execução, avaliação e nas continuidades, valorizando, sobretudo as instâncias já organizadas pelos sujeitos da economia popular solidária como os fóruns municipais e regionais.
- d) O ponto de partida para uma concepção de formação na economia popular solidária são os princípios da educação popular, voltada aos interesses e necessidades das classes populares, com uma metodologia dialética; uma formação dialógica, problematizadora e emancipadora, que valorize diversas ações e metodologias em função de responder às diferentes realidades. Prioritariamente a formação deverá preparar formadores e multiplicadores (“lideranças” democráticas),<sup>13</sup> envolvendo empreendimentos, entidades, gestores, voltado-se para as reais necessidades dos empreendimentos, de acordo com as realidades das diferentes regiões. Neste sentido, a temática geradora do processo formativo será sempre a própria atividade do trabalho dos sujeitos no seu empreendimento, instaurando uma dinâmica relacional entre prática e teoria.
- e) Uma formação crítica que pretenda suscitar sempre novas ações transformadoras precisa sustentar-se em colaborações parceiras de construção do conhecimento desde a prática, articulando pesquisadores/formadores sensíveis da área acadêmica com os sujeitos populares do campo da economia popular solidária, buscando reintegrar a dimensão econômica da vida que foi separada das demais pela lógica mercantilista.
- f) A formação integral na economia solidária é compreendida como processual, progressiva e permanente, articulando, pelo menos três eixos:
- *o conceitual*: para compreensão da economia solidária no contexto e visão de projeto de sociedade que pressupõe; princípios, e dinâmica de trabalho relacionada a cada cadeia produtiva (produção, beneficiamento, distribuição, consumo...);
  - *o técnico-operacional*: formação para a gestão participativa de pessoas, administrativa e financeira, planejamento, estratégias de mercado, qualificação técnica dos produtos e serviços; busca do conhecimento e os meios para o acesso a tecnologias adequadas, técnicas relacionadas à produção e distribuição, incluindo as questões da legislação sanitária, fiscal, marketing..., tendo em vista a sustentabilidade integral dos empreendimentos.
  - *a relacional-organizacional*: formação para as relações interpessoais, subjetividade, autonomia, organização coletiva e exercício do diálogo interno ao grupo, como na relação com outras organizações; marco legal, redes de articulação e comunicação... com vistas ao protagonismo dos empreendimentos e do conjunto da economia popular solidária.

Sugere-se que as atividades formativas integrem demandas como: (1) processos de iniciais de formação para grupos novos associando a construção dos passos da viabilidade

<sup>13</sup> Uma reflexão na OE distinguiu “lideranças” e “multiplicadores”. Em vez de utilizar o termo liderança, que contradiz os princípios da educação popular, a questão é formar para a autogestão e o protagonismo, associados democráticos que assumam a organização e o trabalho com solidariedade, autonomia e co-responsabilidade, superando os vícios da cultura capitalista (dependência, competição...).

econômica com a proposta política (forma de organização, gestão, princípios); (2) qualificação viabilidade econômica e da gestão democrática junto aos empreendimentos já existentes; (3) formação de multiplicadores com capacidade de coordenar grupos, fóruns municipais e regionais, bem como contribuir no aperfeiçoamento dos processos produtivos.<sup>14</sup>

- g) *Quanto à metodologia*, prevê-se a possibilidade de uma formação por segmentos, ou setores, articulando e planejando a formação por região, incluindo momentos de inserção em locais de trabalho de empreendimentos de EPS e também em diferentes espaços das cadeias de produção dos empreendimentos participantes das atividades de formação. Articular o aspecto econômico, o social, o político e o cultural, ligando a viabilidade do empreendimento com as questões estruturais para, assim, evitar que se perca de vista o horizonte da EPS.

Contudo, é necessário partir sempre das experiências existentes, dos limites e possibilidades de viabilidade e sustentabilidade econômica dos empreendimentos. Incluir os princípios éticos, pessoais, profissionais, os valores humanos de cidadania solidária, auto-estima, identidade da EPS. Os “conteúdos” trabalhados com metodologia participativa devem proporcionar orientações e instrumentos de produção, comercialização e gestão adaptados à EPS, com vistas à crescente sustentabilidade integral (econômica, política, cultural, ambiental, social...).

Os/as educadores/as devem ouvir e dialogar com os grupos sobre a vida diária do trabalho da produção e buscar o desenvolvimento de práticas pedagógicas participativas que valorizem o aprender fazendo, aprender da experiência, aprender partilhando saberes. Todos os sujeitos envolvidos no processo de formação ensinam e aprendem. Em síntese, trata-se do desafio de partir da reflexão sobre a prática e do conhecimento já acumulado pelos/as trabalhadores/as para que, interagindo com o saber já sistematizado, facilite a busca conjunta e a geração de novas visões de mundo e práticas sociais e formas de organização e realização do trabalho.

- h) Incluir em projetos de formação a capacitação dos empreendimentos para a proposição de políticas, intervenção no orçamento e acesso a políticas públicas. Para isso é necessário garantir a formação de gestores solidários, capazes de desenvolver a gestão compartilhada dos empreendimentos, com autonomia frente às entidades de apoio e gestores públicos.
- i) O processo de formação deverá prever formas e instrumentos de socialização dos aprendizados, sobretudo, a partir das experiências significativas, com a publicização que dê visibilidade e amplitude às práticas existentes, considerando a pluralidade das mesmas no conjunto do Estado do RS.
- j) Articular a organização dos espaços formativos para discussão, reflexão, sistematização e estudos permanentes sobre as ações desenvolvidas, em intercâmbio com toda rede de EPS e seus parceiros, fortalecendo os fóruns e outros espaços já existentes. Em outras palavras, a proposta é diversificar as modalidades de desenvolvimento dos processos formativos, valorizando os cursos, “oficinas”, seminários, encontros periódicos de avaliação, reflexão sobre e sistematização das práticas, intercomunicação entre grupos via rede de computadores boletins impressos, visitas orientadas / pedagógicas.
- k) Por fim, é fundamental que uma política de formação zele pela relação coerente entre a opção metodológica e a definição político-estratégica dos temas (programas). E nos trilhos da educação popular, temos indícios da sua atualidade, valorizando a perspectiva dialética de “ação-reflexão-ação...”. E por se tratar de trabalhadores associados, a centralidade do processo educativo terá como ponto de partida prioritário o próprio trabalho.

<sup>14</sup> Apontou-se ainda a necessidade de preparar professores/as para levar a discussão da economia popular solidária às escolas.



## 4 Algumas considerações finais

Ao finalizar o “projeto de sistematização de experiências de formação em economia popular solidária no RS” podemos afirmar, entre tantos sentidos, que o processo realizado, mais intensivamente nos meses de setembro de 2006 a fevereiro de 2007 (estendendo-se até abril nos seus desdobramentos), trouxe significativos resultados positivos para o avanço da caminhada da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul. A equipe executiva, o GT de formação do FGEPS (o anterior e o atual), os membros dos Fóruns Regionais e Estadual, que mais se envolveram, podem, sem dúvidas, afirmar que participaram de um efetivo processo de formação. Além de todo ganho de reflexão avaliativa e projetiva, a sistematização de experiências oportunizou trocas das entidades e empreendimentos entre si. Estes intercâmbios foram destacados em diversos momentos nas oficinas regionais, como também na estadual. Além do mais, um sinal do alcance dos objetivos da sistematização é o fato de que o novo projeto de formação está sendo elaborado para ser encaminhado a SENAES já no mês de abril do corrente ano.

Entre as diversas reflexões, pode ser destacado o reconhecimento de inúmeras experiências de formação, realizadas das mais diversas formas, em torno de uma multiplicidade de conteúdos e que buscaram, da melhor maneira, responder às necessidades e exigências do momento atual de empreendimentos solidários novos ou já consolidados. Como alertamos na apresentação, o anexo “E” traz uma relação das experiências de formação destacadas por cada entidade e empreendimento. Estas não são descritas individualmente neste relatório, senão, na análise conjunta que consta, especialmente no segundo capítulo. De acordo com a análise, - ainda que parcialmente concluída em função da riqueza de informações reunidas e o limitado tempo para o seu aproveitamento -, possivelmente uma das questões mais candentes refira-se à questão metodológica. Qual o diferencial de uma metodologia que tem como fator central da organização a dimensão econômica?

Ficou evidente que, para os empreendimentos, existe uma relação direta entre formação e resultados econômicos. A formação ligada a objetivos econômicos para viabilizar os empreendimentos foi destacada como uma demanda prioritária. Normalmente, trabalhadores/as se organizam motivados para suprir uma necessidade de sobrevivência, ou seja, premidos por interesses imediatos. Em função disso, muitas vezes a participação em atividades de formação fica como que condicionada à expectativa de obter um benefício, um retorno concreto.

Neste sentido, parece haver duas tendências distintas entre empreendimentos e entidades. O grupo representativo dos empreendimentos entende que o processo de formação deveria passar pela integração e troca de experiência dos grupos novos com quem já está na caminhada para, num segundo momento, debruçar-se em torno de temas econômicos como qualificação da produção, comercialização, crédito, entre outros. Já boa parte das entidades parece compreender que o prioritário na formação deve ser a compreensão dos princípios, a consciência em torno do projeto político da EPS. Esta ênfase, em alguns casos, poderia estar a indicar uma postura um tanto dicotômica e até com um substrato maniqueísta; como se o conteúdo doutrinal-ideológico fosse bom e o interesse em aprender para “vender mais”, algo mau, um sinal de alienação.

Entidades e empreendimentos avaliam os principais resultados decorrentes dos aprendizados oportunizados pela formação destacando a dimensão econômica e política como duas ênfases complementares. Para os empreendimentos, a prioridade se concentra nos resultados concretos em termos de necessidades imediatas e práticas como: a qualificação dos produtos, abertura de espaços de comercialização, a articulação entre empreendimentos e entidades, a (re)organização do grupo, a melhora na participação coletiva. O foco parece estar mesmo na primazia da ação, na

experiência como ponto de partida para a compreensão das questões propostas, mas sem negar as questões conceituais.

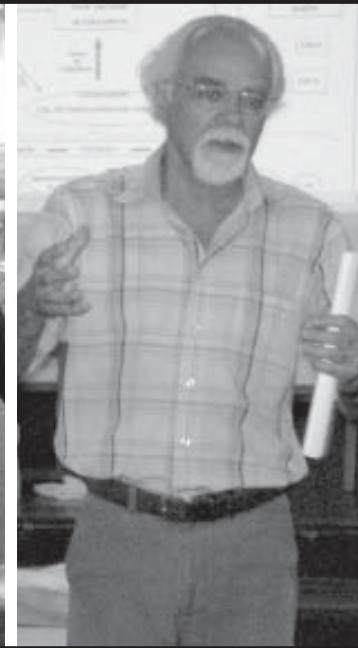
As entidades deram ênfase a questões mais abrangentes, como, maior relação com políticas públicas, ampliação da articulação e visibilidade social, crescimento da conscientização política, maior compreensão do processo produtivo, os desafios da gestão e viabilidade econômica. Embora não tivessem destacado com tanta ênfase resultados práticos, as entidades também destacaram as feiras como espaços importantes de formação pela dinâmica processual que oportunizam.

Diversos debates nas oficinas regionais e estadual convergiram no sentido de afirmar uma formação para a EPS a ser realizada como processo permanente, valorizando as trocas e reflexões sobre as experiências desde as atividades cotidianas de trabalho, na relação com conteúdos a serem definidos e abordados com base na compreensão e vivências dos princípios, objetivos e identidade da EPS. Ou seja, o desafio é de uma formação que contribua efetivamente para viabilizar empreendimentos econômicos solidários, que oportunizem a conquista de uma cidadania solidária, com uma vida digna e mais feliz, por meio desta alternativa de trabalho e renda coletivamente construída.

Desta forma, concluímos que cabe, especialmente aos/às educadores/as das entidades, a postura metodológica de ouvir e dialogar com os grupos sobre a vida diária do trabalho da produção e buscar o desenvolvimento de práticas pedagógicas participativas que valorizem o aprender fazendo, aprender da experiência, aprender partilhando saberes. Com esta clareza reafirma-se um dos princípios básicos da educação popular e libertadora: todos os sujeitos envolvidos no processo de formação têm coisas a aprender e a ensinar quando o mundo real se torna a mediação. Em síntese, trata-se de partir da prática, da reflexão sobre ela, valorizando o conhecimento já acumulado pelos/as trabalhadores/as. A perspectiva é interagir com o saber já sistematizado, facilitar a busca conjunta e a geração de novas formas de organização e realização do trabalho, de realização criativa de práticas alternativas e visões de mundo construtoras de sentidos. Ou seja, a primeira finalidade da formação na economia popular solidária não é formar militantes sociais ou políticos e que eventualmente possam viabilizar um empreendimento solidário; mas é preparar gestores solidários que, através da prática coletiva de trabalho, possam construir um espaço de vida com novo sentido a partir do econômico, ao mesmo tempo em que exerçam sua cidadania e participação política em outros espaços de organização da sociedade.

Os resultados finais da sistematização nos indicam, portanto, que é fundamental construir uma política de formação coerente entre a opção metodológica e a definição político-estratégica dos temas (programas). O aprofundamento do debate deverá continuar, com apoio da pesquisa cujo papel inalienável cabe às Universidades em parceria com a coordenação do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária ou com as entidades de apoio que atuam neste campo.

# Anexos





## **Instrumentos – roteiro de questões para as entidades e empreendimentos**

### **Projeto de sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul**

No final do ano de 2004 e início de 2005 o Grupo de Trabalho da Formação do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária elaborou duas propostas de Projetos de formação. Um projeto voltado a sistematização de experiências de formação em economia solidária no RS. E o outro projeto voltado para a realização de encontros regionais de formação para lideranças. Em março de 2005 a Secretaria Nacional de Apoio à Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/TEM decidiu apoiar o Projeto de sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Havia uma expectativa de que este projeto viesse a ser realizado ainda em 2005, mas por várias questões administrativas não foi possível. Este foi o processo de construção e negociação do Projeto Nº 5.181: Projeto de sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul.

Este projeto é financiado pela Secretaria Nacional de Apoio à Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Fundação Banco do Brasil. A entidade executora deste Projeto é o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, de Porto Alegre.

Os objetivos deste Projeto são:

- a) Sistematizar as experiências e metodologias desenvolvidas nos processos formativos para a economia popular solidária no Rio Grande do Sul.
- b) Identificar os elementos que podem contribuir para uma política e uma metodologia de formação para a economia popular solidária no RS.
- c) Elaborar uma proposta metodológica para a formação em economia popular solidária no RS.
- d) Iniciar um processo de articulação de uma rede de formadores, para constituir um grupo que irá discutir, sistematizar e apoiar os processos formativos no RS.

As principais atividades para viabilizar a sistematização das experiências de formação em economia popular solidária no RS são:

Elaboração e preenchimento de duas fichas ou questionários *para fazer uma descrição das principais atividades de formação. Uma ficha será respondida pelas entidades que realizaram e realizam atividades de formação e uma outra ficha será respondida por empreendimentos que participaram destas atividades de formação.*

As informações destas fichas serão a base para a realização de sete oficinas regionais e uma oficina estadual.

Os fóruns regionais de economia popular solidária estão identificando e indicando as entidades que realizam atividades de formação e também os empreendimentos que participaram destas atividades.

As entidades vão sistematizar as duas principais atividades de formação realizadas por elas. Os empreendimentos vão preencher uma ficha com informações sobre a atividade na qual ele foi indicado como participante pela entidade. Além desta ficha cada empreendimento poderá preencher outras duas fichas com informações sobre outras duas atividades de formação que foram as mais importantes para o empreendimento.

Para realizar estas atividades foi contratada uma equipe de três educadores populares e uma estagiária. Os trabalhos desta Equipe serão acompanhados pela Comissão Executiva do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária.

Em cada Fórum Regional existe uma pessoa responsável para ajudar nas informações sobre o projeto e na organização das atividades na sua região. Esta pessoa, junto com as entidades está fazendo os contatos com os empreendimentos.

Pela Equipe Executiva do Projeto procure por José Inácio Konzen, Telmo Adams, Adair Barcelos e Anajá Teixeira através do telefone: (51) 32126511.

E-mail: [sistematizacao\\_eps@yahoo.com.br](mailto:sistematizacao_eps@yahoo.com.br), ou [josekonzen@camp.org.br](mailto:josekonzen@camp.org.br).

## SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO RS

### A. Ficha para grupos/empreendimentos de economia popular solidária no RS

(Esta ficha pode ser preenchida a mão. Se no espaço de alguma questão não for possível escrever todas as informações identifique numa outra folha em branco o número da questão e escreva a outra parte da resposta. Quem puder preencher esta ficha num computador estará prestando uma grande ajuda. Entregue esta ficha para o responsável da sua região.)

#### 1. Dados das pessoas e dos grupos/empreendimentos:

##### 1.1. Dados pessoais de quem vai preencher a ficha:

- 1.1.1. Nome da pessoa:
- 1.1.2. Endereço:
- 1.1.3. Município:
- 1.1.4. Telefone:

##### 1.2. Dados do grupo/empreendimento:

- 1.2.1. Nome do grupo/empreendimento:
- 1.2.2. Número de trabalhadores que participam do grupo/empreendimento:
- 1.2.3. Ramo de atividade:
- 1.2.4. Há quanto tempo existe o grupo/empreendimento:
- 1.2.5. O grupo/empreendimento é formal/registrado: ( ) sim ( ) não

Se sim, qual é a forma deste registro: ( ) associação ( ) cooperativa ( ) microempresa ( ) Outro Qual:

Se não é formal, como se organiza?

- 1.2.6. De que espaços de articulação da Economia Popular Solidária o grupo/empreendimento participa?
- 1.2.7. Identificação das quatro principais atividades de formação que o grupo/empreendimento participou nos últimos três anos: *(Veja e preencha os dados desta questão no final desta ficha)*

#### 2. Descrição da principal atividade de formação/capacitação da qual o empreendimento participou:

2.1. Nome da atividade:

2.2. Data da sua realização (identificar dias, mês e ano):  
Número de dias ou horas de duração da atividade:

Comunidade e município onde foi realizada:  
Número de participantes da atividade:

2.3. Se esta atividade mais significativa não foi organizada diretamente como curso ou oficina de formação, justifiquem por que o empreendimento a considerou como uma atividade importante de formação/capacitação?

2.4. Por que o seu grupo/empreendimento decidiu participar desta atividade?

2.5. Quais foram os assuntos tratados nesta atividade?

2.6. Marque as formas através das quais estes assuntos foram tratados?

( ) palestras; ( ) trabalhos em grupos; ( ) leitura de textos; ( ) audiovisuais (vídeos, filmes, slides);  
( ) relatos de experiências entre os participantes; ( ) visitas a experiências; ( ) outras – Quais?

2.6.1 O que foi positivo nestas formas de tratar os assuntos da atividade?

2.6.2 O que foi negativo nestas formas de tratar os assuntos da atividade?

2.7. Como os aprendizados desta atividade de formação foram aproveitados pelo grupo/empreendimento?

2.8. Como avaliou os seguintes aspectos desta atividade de formação (escolha uma das duas alternativas e justifique o porquê):

- Dias e mês da realização: ( ) bom ( ) ruim - Por quê?
- Número de horas da atividade: ( ) bom ( ) ruim - Por quê?
- Número de participantes: ( ) bom ( ) ruim - Por quê?

2.9. Para o seu grupo/empreendimento que outros assuntos seriam importantes serem tratados em atividades de formação?

2.10. Que entidades e instituições da sua região costumam realizar atividades de formação e capacitação que tem relação com a EPS?

**1.2.7. Identificação das quatro principais atividades de formação das quais o grupo/empreendimento participou nos últimos três anos:**

**NOME DA ATIVIDADE 1**

ENTIDADE PROMOTORA DA ATIVIDADE

CIDADE ONDE FOI REALIZADA

DATA DA REALIZAÇÃO

TIPO DE ATIVIDADE: ( ) CURSO; ( ) OFICINA; ( ) SEMINÁRIO; ( ) ENCONTRO; ( ) FEIRA; ( ) REUNIÃO;  
( ) TROCA DE EXPERIÊNCIA/VISITA; ( ) OUTRA – QUAL?

**NOME DA ATIVIDADE 2**

ENTIDADE PROMOTORA DA ATIVIDADE

CIDADE ONDE FOI REALIZADA

DATA DA REALIZAÇÃO

TIPO DE ATIVIDADE: ( ) CURSO; ( ) OFICINA; ( ) SEMINÁRIO; ( ) ENCONTRO; ( ) FEIRA; ( ) REUNIÃO;  
( ) TROCA DE EXPERIÊNCIA/VISITA; ( ) OUTRA – QUAL?

**NOME DA ATIVIDADE 3**

ENTIDADE PROMOTORA DA ATIVIDADE

CIDADE ONDE FOI REALIZADA

DATA DA REALIZAÇÃO

TIPO DE ATIVIDADE: ( ) CURSO; ( ) OFICINA; ( ) SEMINÁRIO; ( ) ENCONTRO; ( ) FEIRA; ( ) REUNIÃO;  
( ) TROCA DE EXPERIÊNCIA/VISITA; ( ) OUTRA – QUAL?

#### NOME DA ATIVIDADE 4

ENTIDADE PROMOTORA DA ATIVIDADE

CIDADE ONDE FOI REALIZADA

DATA DA REALIZAÇÃO

TIPO DE ATIVIDADE: ( ) CURSO; ( ) OFICINA; ( ) SEMINÁRIO; ( ) ENCONTRO; ( ) FEIRA; ( ) REUNIÃO;

( ) TROCA DE EXPERIÊNCIA/VISITA; ( ) OUTRA – QUAL?

#### B. Ficha para as entidades que realizam atividades de formação em economia popular solidária

(Descrever duas das principais atividades de formação em economia popular solidária realizadas pela entidade nos últimos 3 anos. Preencher esta ficha no computador, digitando as informações diretamente nesta ficha.)

##### 1. Dados de identificação da entidade:

###### 1.1. Nome da entidade:

- Endereço da entidade:
- Telefone, e-mail e site:
- Breve descrição da forma de organização e área de atuação da entidade:
- Forma jurídica e CNPJ:
- Nome e contato das pessoas responsáveis pela realização das atividades:

###### 1.2 A entidade participa de redes de articulação da EPS?

( ) não ( ) sim - Quais?

###### 1.3 Qual é a abrangência de atuação da entidade (múltipla escolha):

- ( ) municipal – Em que municípios?
- ( ) regional no estado - Em que regiões do estado?
- ( ) estadual
- ( ) nacional – Em que estados?

###### 1.4. Indique as áreas de atuação da entidade diretamente relacionadas à formação/capacitação em EPS (múltipla escolha):

- ( ) formação para a capacitação profissional em atividades produtivas e de serviços  
Que atividades realiza?
- ( ) formação para a capacitação nas áreas da comercialização, marketing e busca de mercados  
Que atividades realiza?
- ( ) formação para a capacitação nas áreas de acesso a fontes de créditos e gestão de projetos de financiamentos  
Que atividades realiza?
- ( ) formação para a organização/constituição e incubagem de grupos/empreendimentos  
Que atividades realiza?
- ( ) formação para a capacitação na gestão de pessoas (para a organização autogestionária e processo de produção associada) e gestão administrativa e financeira em EPS  
Que atividades realiza?
- ( ) formação política para a compreensão e assimilação dos princípios, identidade, diretrizes e organização/articulação da ES e a suas diferenças e relações com os princípios e organização da sociedade e economia capitalista.  
Que atividades desenvolve?
- ( ) outras áreas? Quais:

###### 1.4.1 As atividades de formação da entidade estão, preferencialmente, voltadas para quais setores ou empreendimentos:

- ( ) empreendimentos/grupos rurais – Quais?
- ( ) empreendimentos/grupos urbanos – Quais?



**2. Dados sobre a atividade nº 1:**

- 2.1. Identificação e dados quantitativos da atividade: (preencher a tabela no final da ficha).
- 2.2. O que caracteriza a atividade como formação e capacitação em EPS?
- 2.3. Como surgiu a necessidade e como se definiu a proposta de realização desta atividade?
- 2.4. Quais foram os principais temas e assuntos trabalhados nesta atividade?
- 2.5. Quais são as relações que a realização desta atividade estabelece com as políticas públicas?
- 2.6. Que resultados se pretendia obter com a realização desta atividade?
- 2.7. Que resultados concretos a atividade propiciou para os participantes?

**3. Metodologia e avaliação da atividade nº 1:**

- 3.1. Qual é a concepção de metodologia que orientou a realização desta atividade de formação?
- 3.2. Como esta concepção se materializou:
  - nos métodos;
  - nas técnicas e dinâmicas;
  - no perfil do público e número de participantes;
  - nas etapas e frequência da sua realização;
  - nas datas e carga horária da atividade realizada?
- 3.3. Quais foram os objetivos em relação a metodologia utilizada nesta atividade?
- 3.4. No que a metodologia que orientou a realização desta atividade se mostrou adequada com os objetivos e resultados esperados?
- 3.5. Quais foram os principais aspectos negativos em relação a metodologia que orientou a realização desta atividade?
- 3.6. No que esta metodologia se diferencia das atividades de formação realizadas por outras entidades/instituições?
- 3.7. Quais foram os materiais educativos (informativos e pedagógicos) utilizados nesta atividade? Anexe um exemplar de cada um.
- 3.8. Na formatação desta atividade foram definidos indicadores de resultados? Quais deles puderam ser verificados e como foram registrados?
- 3.9. Quais foram as principais avaliações feitas sobre a realização desta atividade?
- 3.10. Como a experiência foi registrada? Teve alguma produção de vídeos, relatórios, livro, cartilha, ...? Como estes registros foram posteriormente aproveitados?
- 3.11. Além das avaliações e registros já teve algum processo de sistematização desta experiência? Se sim faça uma breve descrição desta sistematização.
- 3.12. No que se refere a atividades de formação indique que demandas considera prioritárias e quais são as sugestões para a sua realização em 2007?

**4. Dados sobre a atividade nº 2:**

- 4.1. Identificação e dados quantitativos da atividade: (preencher a tabela no final da ficha).

- 4.2. O que caracteriza a atividade como formação e capacitação em EPS?
- 4.3. Como surgiu a necessidade e como se definiu a proposta de realização desta atividade?
- 4.4. Quais foram os principais temas e assuntos trabalhados nesta atividade?
- 4.5. Quais são as relações que a realização desta atividade estabelece com as políticas 4.6. Que resultados se pretendia obter com a realização desta atividade?
- 4.7. Que resultados concretos a atividade propiciou para os participantes?

## **5. Metodologia e avaliação da atividade nº 2:**

- 5.1. Qual é a concepção de metodologia que orientou a realização desta atividade de formação?
- 5.2. Como esta concepção se materializou:
- nos métodos;
  - nas técnicas e dinâmicas;
  - no perfil do público e número de participantes;
  - nas etapas e frequência da sua realização;
  - nas datas e carga horária da atividade realizada?
- 5.3. Quais foram os objetivos em relação a metodologia utilizada nesta atividade?
- 5.4. No que a metodologia que orientou a realização desta atividade se mostrou adequada com os objetivos e resultados esperados?
- 5.5. Quais foram os principais aspectos negativos em relação a metodologia que orientou a realização desta atividade?
- 5.6. No que esta metodologia se diferencia das atividades de formação realizadas por outras entidades/instituições?
- 5.7. Quais foram os materiais educativos (informativos e pedagógicos) utilizados nesta atividade? Anexe um exemplar de cada um.
- 5.8. Na formatação desta atividade foram definidos indicadores de resultados? Quais deles puderam ser verificados e como foram registrados?
- 5.9. Quais foram as principais avaliações feitas sobre a realização desta atividade?
- 5.10. Como a experiência foi registrada? Teve alguma produção de vídeos, relatórios, livro, cartilha, ...? Como estes registros foram posteriormente aproveitados?
- 5.11. Além das avaliações e registros já teve algum processo de sistematização desta experiência? Se sim faça uma breve descrição desta sistematização.
- 5.12. No que se refere as atividades de formação indique que demandas consideram prioritárias e quais são as sugestões para a sua realização em 2007?



## Programação das Oficinas Regionais

*Um dos focos centrais do processo de sistematização coloca-se nas oficinas regionais e estadual, que deverão constituir-se em espaços de socialização, reflexão compreensiva sobre experiências de formação em EPS, ocorridas, ou em andamento, no Estado. As informações solicitadas pelos instrumentos para os empreendimentos e entidades igualmente comporão o leque de informações que qualificarão o desenvolvimento da nossa sistematização coletiva. Com base na orientação do projeto e pistas indicativas da reunião ampliada com representantes das Regiões (ocorrida dia 25 de setembro passado), a equipe executiva apresenta os seguintes objetivos para as oficinas:*

### Objetivos

- Realizar um mapa das grandes referências de formação existentes em cada região, identificando atores protagonistas, atividades de destaque, processos de articulação e sujeitos formadores;
- Debater pontos fortes, desafios e resultados,... na perspectiva da qualificação do processo de sistematização das experiências de formação em economia solidária;
- Encaminhar a articulação de uma rede de formadores/as nas regiões e em âmbito de Estado;
- Levantar prioridades e elementos com vistas a construção coletiva de um programa, ou ao menos, um projeto estadual de formação para 2007;
- Encaminhar a participação na oficina estadual.

### Número de participantes das oficinas

O ideal de participantes para as oficinas é de 25 pessoas, não podendo ultrapassar o número 30 integrantes, pois, além de um número maior dificultar a metodologia participativa, o projeto prevê gastos de, no máximo, R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta Reais) para despesas com alimentação em cada uma delas.

### Crítérios para escolher os participantes das oficinas

- Que tenham participado das atividades de formação;
- Que tenham respondido os instrumentos de sistematização;
- Como a referência é que cada entidade que realizou/realiza atividades de formação em economia solidária sistematize as suas duas principais experiências e que para cada atividade sistematizada tenha 02 (dois) empreendimentos que sistematizem a sua participação, indica-se que, a princípio, participem 01 representante por entidade e 01 representante de cada empreendimento que sistematizou a sua participação. Conforme o número de experiências/atividades sistematizadas em cada região este critério numérico pode ser alterado.
- Para a oficina estadual, os representantes (e suplentes) poderão ser escolhidos entre os participantes das oficinas regionais, com base nos critérios acima colocados. Subentende-se que a condição para participar da oficina estadual é ter participado da regional.

### Proposta de desenvolvimento da oficina. Horário: 9 às 17horas

- 1) Contextualização da formação em economia popular solidária e apresentação do **Projeto Nº 5.181: Projeto de sistematização de experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul.**

- 2) Apresentação dos participantes
- 3) Construção de um “mapa” sobre o que existe na região, apontando as grandes referências de formação em EPS que aconteceram. (Construir um quadro constando: Entidades, empreendimentos indicados, atividades gerais, atividades focais, carências...)
- 4) Encaminhamento da discussão em dois grupos (empreendimentos e entidades) para análise e aprofundamento.

### **Questões para os empreendimentos (com numeração correspondente ao instrumento)**

- (2.4) Porque e como o grupo decidiu participar da atividade de formação?
- (2.5) Quais foram os principais assuntos tratados?
- (2.6.1 e 2.6.2) O que avalia de positivo e de negativo na metodologia, isto é, na forma como a atividade foi realizada?
- (2.7) Como os aprendizados desta atividade de formação foram aproveitados pelo grupo / empreendimento?
- (2.9) Que outros assuntos deveriam ser tratados em futuras atividades de formação?
- (Questão livre) Pontos fortes ou pontos fracos a destacar sobre a formação realizada:

### **Questões para as entidades**

- a) O que vem sendo desenvolvido em termos de formação na região atende as necessidades dos empreendimentos solidários da região?
  - b) Quais das metodologias e conteúdos das atividades de formação consideram mais adequadas e quais deveriam ser afirmadas na continuidade?
  - c) Quais os resultados que estas atividades trouxeram para a economia solidária da região?
  - d) O que vêm como carências, questões que preocupam, para a continuidade do processo de formação?
- (Questão livre) Pontos fortes ou pontos fracos a destacar sobre a formação realizada:

### **Plenária e debate**

#### **Questões de encaminhamento**

- a) Qual/quais prioridades deveriam orientar as atividades de formação para 2007? (*Investir em um projeto de formação de formadores ou de formação de lideranças de empreendimentos e juntamente consolidar redes locais e estadual de formadores?*)
- b) Quem indicamos como possíveis integrantes para uma futura rede formadores/as na região? (*lideranças dos empreendimentos e/ou assessores/as das entidades*)
- c) Encaminhamentos da continuidade do processo, combinações para a oficina estadual de 10 e 11 de janeiro/2007.
- d) Avaliação da oficina.

### **Encerramento**

**PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO (OFICINAS E REFLEXÃO SOBRE ROTEIRO) DE ACORDO COM AS 7 GRANDES REGIÕES (APROXIMAÇÃO DE COREDES - PROJETO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.**

OFICINAS / REGIÕES	COREDES	Nº DE EMPREEND. MAPEADOS	Nº DE EMPREEND. RESPOND. INSTR. /		Nº EMPR. PART. OFICINAS		Nº ENTIDADES RESPOND. INSTR.		Nº ENTIDADES PART. OFICINAS		Nº TOTAL PARTICIP. NAS OFICINAS
			CIDADES	CIDADES	CIDADES	CIDADES	ENTIDADES	ENTIDADES	ENTIDADES	ENTIDADES	
<b>IJUÍ</b>	Noroeste colonial (12)Alto Jacuí (1)Missões (10)Fronteira Noroeste (5)Médio/Alto Uruguai(9)	292	12	06	04	05	04	05	15		
<b>PASSO FUNDO</b>	Produção(15) Norte (13) Nordeste (11)	298	6	12	05	05	05	07	22		
<b>SANTA MARIA</b>	Centro (3) Vale Rio Pardo (20) Vale do Taquari (21) Fronteira Oeste (6)	361	4	17	03	03	03	08	45		
<b>RIO GRANDE</b>	Campanha (2) Centro Sul (4)	218	2	02	1	02	1	03	20		
<b>PORTO ALEGRE</b>	Metropolitana (22) Litoral (4)	228	4	05	04	04	04	06	14		
<b>SÃO LEOPOLDO</b>	Vale do /sinos (19) Paranhana (14) Vale do Cai (18)	91	3	09	03	03	03	06	23		
<b>CAXIAS</b>	Serra, (16) Hortências (7)	156	1	12				03	28		
<b>Totais</b>		<b>1.634</b>	<b>29</b>	<b>63</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>38</b>	<b>167</b>		

## **Programação da Oficina Estadual**

Realizada em Porto Alegre nos dias 10 e 11 de janeiro de 2007

### **Dia 10/01**

10:30h Acolhida aos participantes

#### **I MOMENTO – O que encontramos?**

- - Apresentação dos participantes por região
- - O projeto e a importância da sistematização
- - Objetivo e expectativas com a oficina

11h45 Visão geral do processo realizado no projeto; dados quantitativos

12h20 Almoço

14h Síntese das oficinas

Principais tópicos das respostas dos instrumentos

14H40 **II MOMENTO – Debate em grupos e plenária para aprofundar e complementar o diagnóstico.**

A partir da leitura das sínteses, debater quais questões são centrais para entender a realidade atual da formação no RS:

- Em que condições se realiza
- Como se definem as atividades
- Em que medida o que existe atende as necessidades (em que aspectos sim e em que aspectos não?)
- As metodologias são adequadas? Por quê?

16h30 café

16h50 Plenária – debate das conclusões dos grupos

19h Jantar

À noite programação livre – partilhas de vídeos, experiências, etc.

### **Dia 11/01**

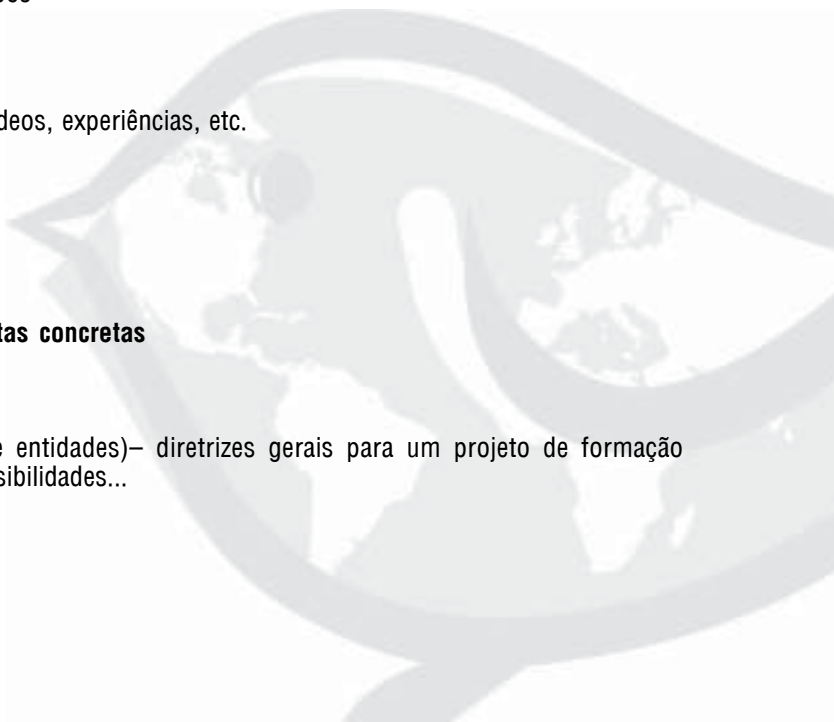
7h30 Café

#### **III MOMENTO – Levantamento de propostas concretas**

8h30 Memória do dia anterior

Trabalho em grupos (empreendimentos e entidades)– diretrizes gerais para um projeto de formação considerando necessidades, desafios, possibilidades...

10h30 Plenária



12h Almoço

**IV MOMENTO – Propostas para a continuidade**

13h30 SENAES – os projetos de trabalho da secretaria para 2007

14h30 Plenária para encaminhamentos organizativos diversos

- Proposta de roteiro de sistematização;
- Indicação de prioridades para possíveis projetos...
  
- Possibilidade da constituição de um GT de formação vinculado ao Fórum Gaúcho;
- Possibilidade de constituição de uma rede de educadores/formadores
- Continuidade do processo decorrente da sistematização
- Preparação dos Encontros da Região Sul e Encontro Nacional

16h30 **Encerramento**



## Breve caracterização das entidades e empreendimentos que preencheram as fichas do Projeto de Sistematização, por região.

As informações, abaixo descritas, sobre a caracterização das entidades e empreendimentos que participaram do Projeto de Sistematização de experiências de formação para a capacitação em economia popular solidária no Rio Grande do Sul, com a indicação de experiências significativas que realizaram o de que participaram, foram extraídas das fichas de sistematização de experiências de formação preenchidas pelas entidades e pelos empreendimentos. Além destas, há diversas outras entidades de âmbito regional ou estadual que atuam na formação e que participaram de alguma(s) atividade(s) do projeto de Sistematização.<sup>15</sup>

### 1. Caracterização de entidades que realizam atividades de formação em economia popular solidária

#### 1.2 Região Noroeste Colonial:

##### ☛ **Cáritas Diocesana - Cruz Alta**

A Cáritas desta região abrange 27 municípios, com ações diretas em Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Além disso, possui ações voltadas para o apoio a feiras solidárias e organização de grupos de pastorais. Realiza várias atividades de formação no Centro Diocesano de Formação Pastoral.

**Experiência de formação indicada:** Encontro de formação de agentes de Cáritas e Projetos, 2 edições por ano, de um dia, com uma média de 30 pessoas, de 10 grupos.

##### ☛ **Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Edmar Kruel – Jóia**

Escola pública que oferece, no turno inverso, laboratórios de aprendizagem e sala de recursos e projetos de artesanato, inclusão digital, reciclagem de papéis, teatro, dança e os projetos na área de agricultura “Crescer e viver com solidariedade” e “Viveiro verde vida”. Através da formação voltada para a segurança alimentar trabalha com comunidades e grupos de agricultura familiar os seus hábitos alimentares e o processo de produção e manejo das propriedades da agricultura familiar.

**Experiência de formação indicada:** Encontro de segurança alimentar, com uma edição anual, envolvendo 474 produtores/as da agricultura familiar, professores/as, funcionários/as alunos/as, atingindo em torno de 15 grupos.

##### ☛ **Incubadora de Economia Solidária – UNIJUI – Ijuí**

Projeto de extensão universitária. A partir de 2004, atua com grupos incubados nos municípios de Santo Ângelo, Panambi e Ijuí. O processo de formação atende demandas, com assessorias especializadas. Dedicar-se à publicações, trabalho com imprensa, cursos de formação para agentes de economia solidária, realiza seminários de sistematização, cursos com gestores públicos e contribuiu no mapeamento de empreendimentos de economia solidária no RS. Outra frente de atuação é a promoção do consumo solidário, destacando espaços de comercialização como feiras realizadas com uma moeda social entre os empreendimentos.

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso de gestão e viabilidade econômica de empreendimentos de economia solidária, 2 por ano, 20 pessoas de 10 empreendimentos; b) Curso de Gestores Públicos, 2 por ano, nos municípios de Ijuí e Santa Rosa.

##### ☛ **Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços - ASTRF – Porto Xavier**

Uma associação, que existe desde o final dos anos 80, constituída por nove sindicatos de trabalhadores rurais que trabalha com a agroecologia e agricultura familiar, buscando viabilizar culturas alternativas para a pequena propriedade, além de resgatar, desenvolver e validar tecnologias na ótica da agroecologia.

**Experiências de formação indicadas:** a) Mulheres gerando trabalho e renda na agricultura familiar, 4 atividades por ano, atingindo um total de 250 lideranças e agricultoras de 12 grupos; b) Agricultura familiar, agroecologia e autogestão, proposta para um desenvolvimento sustentável, 2 edições por ano, atingindo 40 pessoas (dirigentes e agricultores) de 10 grupos.

<sup>15</sup> É o caso da Cáritas Brasileira – Regional Rio Grande do Sul, Incubadora do Centro Universitário FEEVALE, Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Unisinos, a INTERCOP da UCPel e UFPel, as entidades: GUAYI, EMREDE (empreendimento que atua na formação), AVESOL, FETRAF/SUL e outras; gestores públicos como SENAES, DRT/RS, SMEDES/SL entre outros, tiveram participação nas oficinas regionais e/ou estadual.

## 1.2 Região da Produção e Altos da Serra

A região apresentou um breve resgate histórico sobre o início da organização da EPS até a organização do Fórum Regional. Indica igualmente as principais realizações dos últimos anos em termos de formação, com as 9 entidades executoras. Apresentam também a relação de 81 empreendimentos mapeados em 2006 na região Altos da Serra. Já a região Passo Fundo fez uma caracterização de 7 experiências de formação e as respectivas entidades (ao todo 17) que realizam atividades de formação na região.

### ☞ **Cáritas Diocesana - Vacaria**

Organização de pastoral social que procura desenvolver um entendimento numa cultura de solidariedade entre as pessoas que se encontram em exclusão social. Atua nos municípios abrangidos pela Diocese de Vacaria onde atua com mais de 60 empreendimentos solidários na formação de lideranças com cursos e acompanhamento direto. Este trabalho integra da Cáritas Brasileira – Regional do RS que assume o Programa dos Projetos Alternativos Comunitários, hoje também de Economia Popular Solidária.

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso sobre artesanato, com frequência mensal, reunindo 42 pessoas, donas de casa, desempregados dos bairros; b) Curso sobre produção de doces e vassouras, também mensal, reunindo 46 agricultores ecologistas de 3 empreendimentos.

### ☞ **Centro de Apoio a Economia Popular Solidária - CAEPS – P. Fundo**

Articula espaços de cooperação solidária e dá suporte à formação em educação popular, tendo em mente que os próprios sujeitos são seres capazes de construir sua história. Além disso, contribui com os processos organizativos da EPS, apoiando a construção de espaços de cooperação, promove ações de educação popular e oferece às organizações de economia solidária subsídios político-metodológicos.

**Experiência de formação indicada:** Articulação, acompanhamento e formação para agroindústrias familiares, um por ano, atingindo 100 membros de 10 empreendimentos de agroindústrias.

### ☞ **Centro de Assessoria a Iniciativas Solidárias - CAIS – Sananduva**

O objetivo do Centro é proporcionar a formação de agricultores, grupos EPS e organização de grupos de alfabetização na zona urbana. Atualmente está desenvolvendo o projeto Soletrando de Jovens e Adultos de Lagoa Vermelha.

**Experiência de formação indicada:** Oficinas de motivação para a EPS e encontros de formação para voluntários, um por mês, reunindo uma média de 20 pessoas desempregados e estudantes.

### ☞ **Grupo de Apoio em Ciências Ambientais - NEEJA – P. Fundo**

O Grupo é integrado por professores de escolas estaduais, municipais e particulares. Constituiu-se em 1999 a partir da necessidade da reformulação dos conteúdos do currículo de ensino das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Reúnem-se para socializar e analisar as experiências dos seus integrantes voltadas para o ensino na área ambiental e se articulam para apoiar e participar de eventos, com destaque para as atividades do Fórum regional de EPS, entre as quais a Feira de Economia Popular Solidária (FRESOL). Entre as atividades de formação destacam o Curso de merenda ecológica, segurança alimentar e consumo solidário, para merendeiras, atuando na área da escola.

**Experiência de formação indicada:** Curso de merenda ecológica - segurança alimentar e consumo solidário, com 5 edições, envolvendo 270 trabalhadores/as, alunos de escolas e empreendimentos de produção ecológica de alimentos.

### ☞ **Cáritas Diocesana – P. Fundo**

Entidade com fins filantrópicos filiada à rede da Cáritas Brasileira. Atua na área da Diocese de Passo Fundo, em diferentes programas, entre eles o chamado desenvolvimento solidário e sustentável, através da EPS. Promove cursos, articulação entre grupos para troca de experiências e organização de feiras, especialmente a partir dos grupos com produção agroecológica.

**Experiência de formação indicada:** Feira regional de economia popular solidária e mostra de biodiversidade, uma edição por ano, durante 2 dias, construída de forma articulada com diversas entidades, sendo que a edição de 2006 reuniu 110 grupos expositores.

### 1.3 Região Metropolitana de Porto Alegre

#### ☞ **Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD – Porto Alegre**

Iniciou a sua constituição no final dos anos 90 e se organiza por núcleos de desempregados nas vilas e comunidades. Através destes núcleos de base e de assentamentos rururbanos mobilizam-se para obter apoio de órgãos governamentais e de políticas públicas para organizar grupos e alternativas de trabalho e renda. Organizam grupos de produção com os quais trabalham um processo de formação, com destaque à organização e gestão de empreendimentos solidários.

**Experiência de formação indicada:** Formação das frentes emergenciais de trabalho, a cada 2 meses, tendo reunido 630 trabalhadores/as das áreas de artesanato, alimentação, reciclagem, hortas e costura.

#### ☞ **Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP - Porto Alegre**

Se constituiu num centro de educação popular criado 1983 atua como sujeito político autônomo comprometido com as mudanças sociais, com a radicalização da democracia, com o controle social do Estado, com a luta contra as injustiças, as discriminações e todas as formas de exploração. Entende que estas mudanças serão construídas com base num novo processo de desenvolvimento duradouro que envolva todos os atores sociais, que crie novas formas de relações econômicas com base na cooperação e solidariedade e não da competição, que integre a perspectiva da sustentabilidade sócio ambiental, que valorize as diversidades e que tenha como objetivo a satisfação dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de todos.

Os seus eixos de ação são a formação de agentes de desenvolvimento, acompanhamento a experiências de desenvolvimento local e apoio a espaços de articulação de EPS e realiza atividades de formação voltadas para gestão democrática e viabilidade de empreendimentos associativos.

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso de viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos de economia solidária, 2 edições por ano, reunindo 34 membros de 27 empreendimentos ligados ao artesanato, alimentação, reciclagem e confecção; b) Programa de formação de lideranças da Federação das Associações de Recicladores do RS, com 4 encontros por ano, reunindo 150 pessoas de 45 empreendimentos da área da reciclagem.

#### ☞ **Instituto Popular Porto Alegre - IPPOA – Porto Alegre**

Atua no acompanhamento, assessoria e formação de grupos e empreendimentos de EPS e presta assessorias a Prefeituras do Campo Democrático e Popular. A organização se dá por núcleos temáticos: da educação popular, economia solidária, direitos humanos, direitos das crianças e do adolescente, comunicação comunitária.

**Experiência de formação indicada:** Oficina de planejamento e organização do Fórum de Ecosol de Charqueadas, e edições por ano, para 30 participantes de diversos ramos de atividade.

#### ☞ **União e Solidariedade das Cooperativas de Economia Social do Brasil –UNISOL Brasil – Porto Alegre**

É uma associação de âmbito nacional que age como porta-voz aglutinador e como expressão política de empreendimentos solidários e das cooperativas autênticas da área de produção urbana e rural. Tem como missão organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da EPS, resgatando e promovendo a intercooperação, igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Conta com o apoio da CUT e do Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL).

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso de gestão de cooperativas e empreendimentos solidários; b) Curso de cooperativismo básico; e avançado.

### 1.4 Região do Vale do Sinos

#### ☞ **Escola dos Trabalhadores Oito de Março – Novo Hamburgo**

Esta Escola é uma entidade civil, sem fins lucrativos com objetivos prioritários voltados para a educação dos trabalhadores/as e para o desenvolvimento de comunidades a partir da Economia Solidária. Nesta área, tem contribuído na estruturação de empreendimentos econômicos solidários, na estruturação de redes e na promoção do comércio justo. Também realiza atividades de formação voltadas para a constituição e gestão de empreendimentos associativos.

**Experiência de formação indicada:** Seminário sobre cooperativismo e fundação de cooperativa, 2 edições por ano, para 28 lideranças do setor agropecuário, de uma cooperativa.

↳ **Circulo Operário Leopoldense - COL** – São Leopoldo

Sua centralidade está na ação com crianças e adolescentes, além disso, atua junto a movimentos sociais. Um dos programas desenvolvidos é o de economia solidária, de forma articulada com o Fórum Leopoldense e Fórum do Vale do Sinos de Economia Solidária e Setor de Reciclagem. Promove atividades de formação na capacitação de gestão de pessoas, administrativa e financeira de empreendimentos de EPS; e também sobre a compreensão e assimilação geral dos princípios, identidade e organização da EPS.

**Experiência de formação indicada:** Oficinas com associação de recicladores beneficiando 42 recicladores.

↳ **Centro de Empreendedorismo de Canoas - UNILASALLE** – Canoas

Atua como incubadora universitária dentro da qual funciona a gerência de economia solidária, que realiza um trabalho de apoio a grupos de EPS hoje ligados a artesanato e alimentação.

**Experiências de formação indicadas:** a) Processo de capacitação sobre rotulagem, higiene e qualidade dos alimentos, uma edição por mês, com 20 participantes de 4 grupos de alimentação; b) Processo de capacitação sobre as opções jurídicas para regularização e o processo de formação de cooperativa, conforme a demanda, sendo que o último (em junho de 2006) reuniu 27 participantes dos 4 grupos de alimentação.

↳ **Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local - ITAPUY** – São Leopoldo

Desenvolve estudos, pesquisas e diagnósticos, bem como, processos formativos que qualifiquem as ações dos atores locais. Além disso, apóia sistematicamente experiências de sócio-economia solidária na perspectiva da formação de redes de produção, comercialização, consumo e serviços.

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso de formação de formadores do Fórum de EPS do Vale do Sinos, uma edição de 2 dias, com 22 participantes de 14 grupos; b) Educação cidadã, com vistas à formação de grupos de mulheres, com 9 pessoas (sem referência de grupo).

## 1.5 Região Sul

↳ **Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

A INTECOOP/FURG é um projeto de extensão universitária que apóia e assessora na área do cooperativismo e EPS, exercendo atividades de formação e acompanhamento sistemático a estes empreendimentos, fomentando a organização coletiva e o protagonismo no contexto da EPS. Participa e mobiliza fóruns regional e redes de articulação de economia popular solidária.

**Experiências de formação indicadas:** a) Curso de cooperativismo e associativismo autogestionário; b) Diagnóstico rápido participativo (DRP).

## 1.6 Região Central

Enviou uma caracterização geral do Fórum da Região Centro, com as principais atividades desenvolvidas, destacando o histórico das feiras do cooperativismo alternativo, terminal de comercialização direta de Santa Maria. Destacou ainda uma relação de 11 entidades que atuam a economia solidária e agricultura familiar

↳ **Projeto Esperança/ Cooesperança** – Santa Maria

Entidade beneficente da Diocese de Santa Maria, filiada à Cáritas Brasileira, colocando-se como objetivos promover, incentivar, desencadear e construir o desenvolvimento urbano, rural e regional de uma forma sustentável, com base nos princípios da mística cristã. Atua em 30 municípios da região central do Estado, atingindo em torno de 220 empreendimentos. Seu principal trabalho é animar, articular e qualificar empreendimentos associativos e cooperativados, que se orientam pelos princípios do cooperativismo e da economia popular solidária, tendo na comercialização direta um dos seus principais eixos de ação, que concretiza através de feiras e de 40 pontos fixos de comercialização.

**Experiência de formação indicada:** Feira de Economia Solidária, que na 13ª. Edição (2006) envolveu 700 empreendimentos solidários.

☞ **Instituto Genaro Krebs - IGK** – Santa Maria

Através de uma Equipe multidisciplinar e de parcerias com várias organizações trabalha na animação e mobilização de comunidades rurais e com a formação de gestão e viabilidade econômica junto a empreendimentos de economia solidária de comunidades rurais.

**Experiência de formação indicada:** Curso de gestão e viabilidade econômica de empreendimentos de economia solidária, 4 etapas, 350 horas, para 280 participantes da agricultura familiar.

☞ **Pet – Vida**

Localizado na Região Central participa de espaços de articulação da EPS (fóruns e redes de comercialização) e realiza atividades de formação junto a grupos urbanos e rurais.

**Experiências de formação indicadas:** a) Conferência Regional de Economia Solidária que envolveu 78 participantes, de uma articulação de 80 grupos da área do artesanato, alimentação e reciclagem; b) 16º Seminário de alternativas à cultura do fumo, uma edição por ano, sendo que a edição de 2006 reuniu 210 participantes de 100 grupos da agricultura familiar, índios, negros, e da área da alimentação.

## 2. Caracterização de empreendimentos que participaram de experiências de formação em economia popular solidária

### 2.1 Região da Serra

☞ **Cooperativa Fundecoop Ltda** - Caxias do Sul

Atua há oito anos com sessenta e quatro integrantes na área de fundição

**Atividades de formação destacadas:** a) Formação e capacitação em autogestão; b) Problemas jurídicos e tributários das cooperativas; c) Estudo da cadeia produtiva setor metalúrgico; d) Ato cooperado e não cooperado.

### 2.2 Região da Produção e Altos da Serra

☞ **Associação de Artesão e Artista Plástico de Passo Fundo** - Passo Fundo

Trabalha com artesanato em geral, há 25 anos, com 26 associados.

**Atividades de formação destacadas:** a) Preparação FRESOL em Passo Fundo; b) Cursos de aperfeiçoamento no artesanato; c) Participação na conferência estadual e nacional de economia solidária.

☞ **Lê Point Doces** - Passo Fundo

Grupo de oito pessoas que atua no ramo de doces e salgados há cinco anos, ainda não possui registro.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de contabilidade; b) Feira regional de EPS - FRESOL.

☞ **Construindo Economia Solidária** - Passo Fundo

Com seis anos de atuação, grupo informal de sessenta e cinco pessoas na área de artesanato em geral, tendo como forma de organização encontros semanais na paróquia São José Operário.

**Atividades de formação destacadas:** a) FRESOL; b) Fórum de economia popular solidária; d) Participação na Conferência estadual de economia solidária.

☞ **Grupo Arte e Vida** - Passo Fundo

Onze pessoas que se reúnem há três anos através de reuniões periódicas e tem como trabalho o artesanato e reciclagem em tecido, papel, vidro, couro e metal.

**Atividades de formação destacadas:** a) FRESOL; b) Participação na Conferência estadual de economia solidária.

☞ **Grupo Progresso** - Passo Fundo

Padaria com um ano de atuação, reunindo duas famílias.

**Atividades de formação destacadas:** a) Encontros de mulheres; b) Curso de contabilidade; c) Curso de alimentação saudável; d) Curso de artesanato.

☛ **Recanto da Natureza** - Sananduva

Microempresa que atua há dez anos na área de produção de produtos fitoterápicos naturais.

**Atividades de formação destacadas:** a) Palestras em assentamentos; b) Curso de massagem; c) Encontros de empreendedores de EPS; d) Curso sobre parapsicologia.

### 2.3 Região Metropolitana:

☛ **Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita - COOPAN** – Nova Santa Rita

Fundada em julho de 1995, a cooperativa possui 38 associados que atuam na área da produção agropecuária, agrícola e agroindustrial.

**Atividades de formação destacadas:** a) Método de validação progressiva; b) Seminário sobre arroz orgânico; c) Fator humano.

☛ **Grupo dos Treze** - Eldorado do Sul

Grupo de produção do MTD desenvolvendo trabalho na área da agricultura, há cinco anos, com cinco pessoas.

**Atividades de formação destacadas:** a) Qualificação das frentes emergenciais de trabalho; b) Visita a assentamentos; c) Metodologia do trabalho e educação.

☛ **Mãos na Terra** - Eldorado do Sul

Grupo organizado pelo MTD que atua há seis anos, com cinco pessoas na área de horta, leite, peixe e frutas.

**Atividades de formação destacadas:** a) Qualificação das frentes de trabalho; b) Visita a assentamentos; c) Metodologia do trabalho e qualificação da mão de obra.

### 2.4 Região do Vale do Sinos:

☛ **Cooperativa Coolabore** - Campo Bom

São trinta e cinco cooperados com doze anos de atuação na área de reciclagem, através da operação da usina de lixo do município.

**Atividades de formação destacadas:** Encontro mensal de formação do setor de reciclagem

☛ **Associação de Recicladores de Dois Irmãos – RDI** – Dois Irmãos

Doze anos atuando com vinte associados na área de reciclagem de resíduos do município.

**Atividades de formação destacadas:** a) Oficina gestão de empreendimentos; b) Oficina para Associações de recicladores do RS; c) 1ª. Encontro de empreendimentos apoiados pela AVESOL; d) Curso de formação para Associação de Recicladores do RS em três etapas.

### 2.5 Região Sul:

☛ **Associação de Mulheres da Vila Maria** - Unidas pela Arte (UPA) - Rio Grande

A associação possui estatuto, mas não possuem o registro da entidade, atua a três anos com quatro pessoas na produção de artesanato.

**Atividades de formação destacadas:** Participação em feiras de economia solidária e conferência nacional.

☛ **Associação de Pescadores da Vila São Miguel** - Rio Grande

Grupo organizado de pescadores com dezenove associados no ramo da piscicultura.

**Atividades de formação destacadas:** a) Oficina de sensibilização; b) Encontro de cooperativismo; c) Curso de marketing e vendas; d) Curso de custos.

## 2.6 Região Central:

### ☛ **Grupo Unimel** – Santa Maria

São dez famílias que se reúnem desde 1998 que integram ao projeto Esperança Cooesperança no ramo da agroindústria.

**Atividades de formação destacadas:** a) Troca de experiências de agroindústria; b) Alternativas à cultura do fumo; c) 1ª. Encontro de empreendimento da EPS; d) Agricultura familiar e reforma agrária.

### ☛ **Pet-Vida** – Santa Maria (identificou-se também entidade que atua na formação)

Com quinze pessoas, atua há dois anos no ramo de artesanato e confecção, procurando trabalhar de uma forma cooperativada, mesmo que ainda não se encontre registrada.

**Atividades de formação destacadas:** Curso sobre sustentabilidade.

### ☛ **Grupo Seguir em Frente** – Santa Maria

No ramo da alimentação o grupo de seis pessoas se reúne a seis anos de uma forma organizada, mesmo que ainda não registrada como o apoio do projeto Esperança Cooesperança.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de lideranças e relações humanas; b) Curso boas práticas de fabricação; c) Curso de manipulação de alimentos.

### ☛ **Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis - ASMAR** – Santa Maria

Com quinze associados, atuando na área de reciclagem desde 1992 o empreendimento tem o apoio do projeto Esperança Cooesperança.

**Atividades de formação destacadas:** a) Fórum das Américas; b) Fórum social mundial 2005; c) Seminário Políticas públicas

## 2.7 Região Noroeste Colonial:

### ☛ **Projeto Crescer e Viver em solidariedade** – Jóia

O projeto estar vinculado a escola E.E.E.F. Edmar Krueel com alunos de 5ª a 8ª séries, em turno inverso, inscritos por adesão. Também atende os demais alunos sempre que houve interesse e planejamento do professor regente da turma.

**Atividades de formação destacadas:** a) Associativismo, cooperativismo e economia solidária; b) Feiras da Economia Solidária; c) 1ª. Seminário Estadual de Educação Rural - educação e diversidade no campo; d) I Fórum da Agricultura familiar e educação do campo.

### ☛ **Serralheria Ideal** – Cruz Alta

No ramo da metalurgia, atua com três pessoas com a participação coletiva durante os três anos em que atua, o empreendimento recebe apoio do PACs.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de Agentes Cáritas; b) Fórum de EPS de Cruz Alta; c) Semana Solidária.

### ☛ **Salgadinho Tchê Gostoso** – Cruz Alta

O empreendimento atua com regimento interno e participação coletiva. São três integrantes que se organizam a três anos no ramo de salgadinhos. Participam de espaços como a Cáritas, a Prefeitura Municipal e a Incubadora da UNIJUI.

**Atividades de formação destacadas:** a) Oficina de planejamento, monitoramento e avaliação; b) 8ª. Fórum de EPS Cruz Alta; c) Escola cristã de educação política.

### ☛ **Associação Agrícola São Carlos - AASCA** – Porto Xavier

Atuando no ramo da agroindustrialização de produtos derivados da cana-de-açúcar e utilização e gerenciamento das sobras operacionais. São vinte e duas pessoas atuando desde 1994.

**Atividades de formação destacadas:** a) Juventude construindo alternativas no meio rural; b) Seminário de discussão para a produção de álcool e biodiesel na agricultura familiar.

☞ **Grupo Raios de Luar** – Pirapó

Com reuniões mensais, o grupo de sete pessoas se reúne há seis anos. O ramo de atividade é a panificação.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de boas práticas na fabricação de alimentos; b) Seminário sobre gênero e economia solidária; c) Visita à agroindústria de panificados.

☞ **União Cooperativa de Serviços - UNICOOS** – Ijuí

São vinte pessoas que se organizam de forma cooperativada na área de prestação de serviços, em diversas áreas, tais como: confecção, serigrafia, construção civil. O empreendimento está organizado desde 2003.

**Atividade de formação destacada:** a) Oficina de cálculo de custo e produção.

☞ **Agroindústria de Vassouras de Palha Barro Preto** – São Luiz Gonzaga

Onze famílias de agricultores que se reúnem há um ano, de forma associativa.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de sistema e manejo de solo; b) Curso de formação agroindústria (com visitas); c) Seminário EPS.

☞ **Cooperativa de Agricultores Agroindustriais e Artesões de Dezesseis de Novembro - COOPAADEN** – Dezesseis de Novembro

Trinta e duas pessoas de agricultores e artesões se reúnem há três anos, seu processo é de forma cooperativada e encaminha-se para a legalização.

**Atividades de formação destacadas:** Agricultura familiar e certificação solidária: desafios e possibilidades; b) Curso de cooperativismo e associativismo.

☞ **Associação Agroindústria Santa Catarina** – Porto Lucena

São dezesseis famílias organizadas de forma associativa há três anos desenvolvendo trabalhos na área de produtos derivados da cana-de-açúcar e produção de queijo.

**Atividades de formação destacadas:** Curso de produção, manejo e processamento da cana-de-açúcar; b) Seminário de discussão para a produção de álcool e biodiesel na agricultura familiar; c) Participação na conferência estadual de EPS.

☞ **Associação dos Artesões do Rincão dos Camargos** – Santo Antonio das Missões

Nos vinte anos de atuação e já legalizada a associação atua no ramo de artesanato em couro e possui vinte e cinco integrantes.

**Atividades de formação destacadas:** a) Princípios do cooperativismo, associativismo; b) Acesso ao crédito assistido.

☞ **Arte de Ser Mulher Gerando Renda** – Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida – Três Passos

São doze pessoas atuando há dezoito anos no empreendimento onde atualmente entraram para o ramo da costura.

**Atividades de formação destacadas:** a) Curso de formação com trabalhadores de empreendimentos solidários; b) Oficina de princípios da economia solidária.

☞ **Associação Ecos do Verde** – Santo Ângelo

Associação de reciclagem atua há dez anos, atualmente com cinquenta integrantes.

**Atividades de formação destacadas:** a) Gestão participativa; b) Participação na Conferência Nacional de Economia Solidária; c) Seminário cadeia produtiva da reciclagem e legislação cooperativa; d) Troca de experiências.



**ANEXO F**

**FOTOS DAS OFICINAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM EPS NO RS**



**Oficina Regional da Região Centro – Santa Maria**



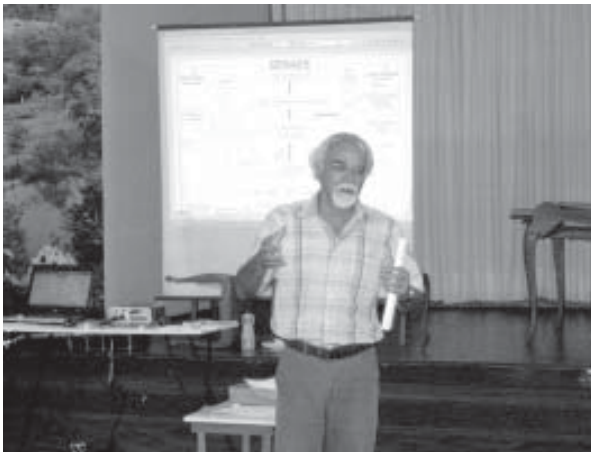
**Oficina Regional da Região da Produção e da Região do Altos da Serra – Passo Fundo**



**Oficina Regional da Região Sul – Rio Grande**



Oficina Estadual







FGEPS - Federação  
Gaúcha de Economia  
Popular e Solidária



Ministério do  
Trabalho e Emprego  
SENAES

